

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

**JAMISSON SOUZA DOS SANTOS**

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO QUE ATUA NA BIBLIOTECA PÚBLICA  
NA PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE  
2021**

**JAMISSON SOUZA DOS SANTOS**

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO QUE ATUA NA BIBLIOTECA PÚBLICA  
NA PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Orientador: Prof. Me. Fernando Bittencourt dos Santos

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
2021**

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Santos, Jamisson Souza dos

S237p.

O papel social do bibliotecário que atua na biblioteca pública na prevenção do uso de substância psicoativas/Jamisson Souza dos Santos; Orientador prof. Me. Fernando Bitencourt dos Santos. - São Cristóvão, 2021.

76f. il. color.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação/ Orient. Prof. Me. Fernando Bitencourt dos Santos. – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Biblioteca Pública. 2. Bibliotecário. 3. Substância psicoativas. I. Santos, Fernando Bitencourt dos, orient. II. Título.

CDU:027:364

CDD: 027.4

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO QUE ATUA NA BIBLIOTECA PÚBLICA  
NA PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS**

**JAMISSON SOUZA DOS SANTOS**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de Ciência da  
Informação da Universidade Federal de  
Sergipe para obtenção do grau de bacharel  
em Biblioteconomia e Documentação.

**Nota:** \_\_\_\_\_

**Data de apresentação:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Me. Fernando Bittencourt dos Santos (DCI/UFS)**  
**(Orientador)**

---

**Profa. Dra. Alessandra dos Santos Araújo (DCI/UFS)**  
**(Membro Interno)**

---

**Prof. Me. Antônio Gouveia de Sousa (UNESP/Marília)**  
**(Membro convidado externo)**

**Dedico esse trabalho, primeiramente, a Deus, autor de maravilhas em minha vida, cuja presença me auxilia nas minhas escolhas, abrindo caminhos e me segurando pela mão, me dando confiança frente aos desafios e adversidades, me acompanhando rumo à realização dos meus sonhos.**

**As minhas mães Rosalva Souza (que já se foi, mas continua sendo minha maior força e inspiração na vida) e minha mãe de coração Gilvaneide Souza, me deram a oportunidade que eu mais precisava: a de ter uma família. Aos meus pets, Sindy e Yoli que transbordam meu dia de alegria e felicidades. A minha namorada Josenice Silva, que não mede esforços para me ajudar nas etapas mais difíceis e importantes da minha vida.**

## **AGRADECIMENTOS**

Para que este trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia e Documentação fosse possível, contei com o apoio, estímulo e o carinho de muitas pessoas, às quais quero deixar aqui registrado o meu agradecimento.

Ao meu mestre, professor Fernando, por todo apoio e paciência ao longo da elaboração do meu projeto final. Sempre atento à causa humana, teve papel fundamental na realização desse Trabalho de Conclusão de Curso. Agradeço cada minuto dedicado à orientação desse projeto.

A todos os professores, por todos os conselhos e ajuda durante os meus estudos. Ao longo de todo meu percurso eu tive o privilégio de trabalhar de perto com os melhores professores, educadores e orientadores. Sem eles não seria possível estar aqui hoje de coração repleto de orgulho.

Também gostaria de deixar um agradecimento especial à instituição de ensino e pesquisa Universidade Federal de Sergipe por possibilitar a execução deste trabalho científico, as universidades públicas têm uma missão que compreende formar pessoas capacitadas para alavancar uma nação.

Aos meus amigos de trabalho e parceiros de pesquisa, por toda a ajuda e apoio durante este período tão importante da minha formação acadêmica.

**“Vim, Vi, Venci”**

**Júlio César**

## RESUMO

Considerando a importância da biblioteca pública e sua responsabilidade social, esta pesquisa teve como objetivos: compreender as ações empreendidas pelos bibliotecários de duas bibliotecas públicas, quanto a prevenção do uso de drogas; caracterizar o papel social da biblioteca pública e suas possibilidades de atuação no que se refere a prevenção do uso substâncias psicoativas; identificar se existe um trabalho em conjunto entre a biblioteca pública e a sociedade quanto a prevenção do uso de drogas; verificar a periodicidade de realização das ações quanto a questão da prevenção do uso de substâncias psicoativas. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, sendo utilizado para coleta de dados um questionário, aplicado a duas bibliotecárias que atuam em bibliotecas públicas, escolhidas através de amostra por acessibilidade. Utilizou-se ainda do levantamento bibliográfico realizado em livros, teses e dissertações, seguidos dos periódicos especializados da área de Ciência da Informação. Como resultado, o trabalho demonstrou a necessidade do profissional bibliotecário em contribuir com o atendimento especializado aos usuários da biblioteca para a prevenção do uso de substâncias psicoativas, sendo que os bibliotecários, sujeitos da pesquisa, contribuem para a prevenção do uso de substâncias psicoativas, através da aplicação das atividades fins nas unidades de informação que atuam. A contribuição da Biblioteconomia social para a população, verifica-se nas abordagens do bibliotecário da biblioteca pública sobre o tema desta pesquisa, sendo que este profissional deve estar na vanguarda das questões referentes aos problemas sociais, principalmente por que este último tem como ferramenta de trabalho, a informação, que se corretamente utilizada, pode sanar a problemática do consumo de substâncias psicoativas, na qual esta última figura-se como um problema de saúde pública em nosso país.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública; Bibliotecário; Substâncias psicoativas.

## ABSTRACT

Considering the importance of the public library and its social responsibility, this research had as objectives: to understand the actions taken by librarians of two public libraries, regarding the prevention of drug use; to characterize the social role of the public library and its possibilities of action regarding the prevention of the use of psychoactive substances; to identify if there is a joint work between the public library and society regarding the prevention of drug use; to verify the frequency of actions regarding the issue of preventing the use of psychoactive substances. The methodology used was exploratory-descriptive, with a qualitative approach, using a questionnaire to collect data, applied to two librarians who work in public libraries, chosen through a sample by accessibility. It was also used a bibliographic survey carried out in books, theses and dissertations, followed by specialized journals in the area of Information Science. As a result, the work demonstrated the need for librarians to contribute to the specialized care of library users in order to prevent the use of psychoactive substances. Librarians, the subjects of the research, contribute to the prevention of the use of psychoactive substances through the application of their activities in the information units where they work. The contribution of social librarianship to the population is verified in the approaches of the public library librarian about the theme of this research, and this professional must be at the forefront of issues related to social problems, especially because the latter has as a working tool, the information, which if properly used, can solve the problem of substance abuse, in which the latter is a public health problem in our country.

**Keywords:** Public Library; Librarian; Information Science; Psychoactive substances.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Normativas sobre drogas no Brasil.....	50
<b>Tabela 2</b> Convenções Internacionais, Políticas e Legislação sobre Drogas.....	52

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Biblioteca Pública da Bahia.....	27
<b>Figura 2</b>	Fundação Biblioteca Nacional.....	30
<b>Figura 3</b>	Biblioteca Pública Benedito Leite.....	30
<b>Figura 4</b>	Biblioteca Pública do Paraná.....	32
<b>Figura 5</b>	Biblioteca Pública Biblioteca Mário de Andrade.....	33
<b>Figura 6</b>	Contagem Populacional Cracolândia.....	41
<b>Figura 7</b>	Onde os Participantes Viviam Antes de Ir Para a Cracolândia.....	41
<b>Figura 8</b>	O que Leva os Usuários a Frequentar a Cracolândia.....	42
<b>Figura 9</b>	Saúde Física e Mental na Cracolândia.....	42
<b>Figura 10</b>	Classificação das Drogas e Efeitos no SNC.....	43
<b>Figura 11</b>	Passeata Estudantil no Rio de Janeiro em 1968.....	49
<b>Figura 12</b>	O Cenário das Bibliotecas Nacionais.....	59
<b>Figura 13</b>	Política Nacional sobre Drogas.....	63
<b>Figura 14</b>	Âmbito de Influência Educacional.....	64

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Função Desempenhada na Unidade Informacional.....	55
<b>Gráfico 2</b>	Frequência das Ações Oferecidas Pela Unidade de Informação.....	57
<b>Gráfico 3</b>	Barreiras Para Atividades de Prevenção do Uso de Drogas.....	58
<b>Gráfico 4</b>	Desafios na Prevenção de Drogas na Unidade Informacional.....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CBBB</b>	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
<b>CEBRID</b>	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
<b>CONAD</b>	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
<b>FBN</b>	Fundação Biblioteca Nacional
<b>FEBAB</b>	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFLA</b>	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
<b>INL</b>	Instituto Nacional do Livro
<b>ISBN</b>	<i>Internacional Standard Book Number</i>
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PEST</b>	Acrônimo para Política (P), Economia (E), Social (S) e Tecnologia (T)
<b>PIA</b>	Plano Individual de Atendimento
<b>SNC</b>	Sistema Nervoso Central
<b>THC</b>	Tetrahydrocannabinol
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UNIAD</b>	Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas
<b>UNIFESP</b>	Universidade Federal de São Paulo
<b>UNODC</b>	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Problema de Pesquisa.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>17</b>
1.2.1	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos Específicos.....	17
<b>1.3</b>	<b>Justificativa.....</b>	<b>17</b>
<b>1.4</b>	<b>Estrutura da Pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>A Biblioteca Pública: Aspectos Gerais.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Biblioteca Pública no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>A PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO BRASIL.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1</b>	<b>Classificação das drogas psicotrópicas e os efeitos no SNC.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2</b>	<b>Histórico e evolução da legislação brasileira antidrogas.....</b>	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>55</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>
	<b>APÊNDICE - QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A comunicação sempre foi um grande atributo da sociedade humana, a forma pela qual era realizada foi passando por transformações ao modo que a civilização humana evoluiu, partindo dos homens primitivos que expressavam suas experiências de mundo através da representação gráfica da arte rupestre, passando aos estágios de determinar sinais a certos códigos, assumindo a fase da comunicação oral até a atual escrita.

O termo disseminação da informação ganhou destaque principalmente logo após a Segunda Guerra Mundial, através do processo de expansão dos meios transmissores de dados, como os elementos escritos, audiovisuais e principalmente pela internet, quando se tornou mais fácil seu acesso.

Vivemos em um período dominado pela disseminação da informação, seja ela impressa ou digital, possibilitando um acréscimo de conhecimento diário aos diferentes públicos de leitores, alguns classificados como usuários assíduos e outros como esporádicos. Desta maneira, cabe ao campo da Ciência da informação contribuir com a infraestrutura necessária para acomodar tamanho conhecimento gerado.

Sendo assim, o mercado necessitará de um profissional capacitado para verificar a checagem da informação. E este profissional é o bibliotecário, capaz de gerenciar e averiguar a veracidade da informação. Ao iniciar a gigantesca capacidade de gerir e administrar dados bibliográficos, o profissional da área de Ciência da Informação passa a ser essencial, dominando as técnicas de serviços especializados, não esquecendo também da sua responsabilidade social.

Uma das atribuições que o bibliotecário pode desenvolver junto à comunidade, utilizando todo seu aparato informacional de produtos e serviços de informação, é a de desempenhar atividades culturais e de conscientização da população sobre diferentes problemáticas da atualidade, pois este está munido de informações confiáveis, podendo atuar como um dos atores na resolução de problemas sociais que são percebidos no município ou bairro, no qual está situado.

Desta forma, a biblioteca pública passa a ser o objeto da pesquisa, na medida que esta é um dos equipamentos culturais mais conhecidos e importantes no Brasil e está participa de forma ativa na vida social e cultural de seus usuários, oferecendo diversas atividades culturais e de conscientização sobre assuntos

variados, sendo um espaço aberto para o diálogo e de exercício da cidadania por seus frequentadores.

A biblioteca pública é uma das mais tradicionais instituições culturais do país, contando com acervo significativo, com ênfase nas coletâneas de artes, mapas, periódicos, obras raras e acervos particulares. Proporcionando, também, atendimento especializado a pesquisadores. Em sua programação, ocorrem eventos literários, exposições, cursos, palestras e outras atividades culturais.

Sabe-se que o Brasil apresenta elevado número de taxas de criminalidades, entre eles crimes relacionados ao tráfico de drogas, neste muitas vezes os envolvidos são crianças e adolescentes que são flagrados comercializando ou utilizando substâncias tóxicas. Como resposta a repressão, é feita através da atuação policial, sendo que o menor de idade não comete crime, mas ato infracional.

O uso de drogas psicoativas vem aumentando o número de dependentes, o que gera na mesma proporção o acréscimo da violência, um inconveniente para a sociedade, originado por vários elementos, entre eles os de ordem biológica, psicológica, social e ambiental.

A participação das bibliotecas é fundamental para o enfrentamento e intervenção no que se refere a esta problemática, pois elas estão munidas de informação sobre diferentes assuntos e devem cumprir o seu papel social perante a população. O presente trabalho de conclusão de curso está ancorado na linha de pesquisa 2: Informação e Sociedade do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

## **1.1 Problema de Pesquisa**

Diante dos aspectos mencionados anteriormente, elaboramos a seguinte questão de pesquisa, que norteou o desenvolvimento deste trabalho de conclusão: Quais são as ações empreendidas por bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas, na prevenção do uso de substâncias psicoativas?

## **1.2 Objetivos**

Os objetivos da pesquisa visam a descrição e as atribuições executadas pelo bibliotecário desenvolvidas nas bibliotecas públicas no enfrentamento ao combate ao consumo de substâncias psicoativas.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender as ações empreendidas pelos bibliotecários que atuam na biblioteca pública, quanto a prevenção do uso de substâncias psicoativas.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

O presente trabalho de conclusão de curso II apresenta três objetivos específicos, a saber:

- Caracterizar o papel social da biblioteca pública e suas possibilidades de atuação no que se refere a prevenção do uso substâncias psicoativas;
- Identificar se existe um trabalho em conjunto entre a biblioteca pública e a sociedade quanto a prevenção do uso de drogas nas escolas;
- Verificar a periodicidade de realização das ações quanto a questão da prevenção do uso de substâncias psicoativas.

## **1.3 Justificativa**

A justificativa para a escolha da presente temática de pesquisa foi a escassez de publicações científicas (como artigos, teses, dissertações, etc), que evidenciem a as ações desempenhadas pelas bibliotecas públicas no combate ao uso de substâncias psicoativas.

Ademais, como justificativa pessoal, o tema foi trabalhado em sala de aula na disciplina Serviço de Informação e Referência, com a apresentação e debate sobre

um texto<sup>1</sup> relacionado a biblioteca digital da *cannabis*, despertando o interesse em se desenvolver um trabalho de pesquisa relacionando os assuntos: biblioteca pública e substâncias psicoativas.

#### 1.4 Estrutura da Pesquisa

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em seis capítulos, incluindo a Introdução, na qual nessa última é feita uma contextualização e problematização da temática, bem como apresentados os objetivos do trabalho.

O capítulo dois é apresentada a fundamentação teórica desta pesquisa, com a abordagem sobre um dos pilares desse trabalho: a biblioteca pública;

No capítulo três é apresentado o tópico sobre a prevenção do uso de substâncias psicoativas;

No capítulo quatro são apresentados os procedimentos metodológicos;

No capítulo cinco são apresentados a análise e discussão dos resultados;

E por último, no capítulo seis, as considerações finais, seguido das referências e o apêndice (questionário) aplicado.

A seguir, apresentamos dois capítulos, referente a fundamentação teórica desta pesquisa.

---

<sup>1</sup>SEMENSATO, C. R.; ZAFALON, Z. R. Biblioteca digital temática de publicações acadêmico-científicas brasileiras sobre o uso medicinal da cannabis. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. especial. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106425>. Acesso em: 20 jan. 2020.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em uma sociedade com baixo nível de instrução educacional, observasse as fragilidades decorrentes do consumo de diversos produtos químicos indutores de ações psicoativas, muitos destes fazem uso para se distanciar das mazelas ou das questões intrapessoais que não são acompanhadas por profissionais específicos.

Deste modo, levantamos as atividades desenvolvidas através das bibliotecas, com seus produtos e serviços de informação, projetos e programações de cunho social desempenhados para a comunidade, podem contribuir para a prevenção do uso das drogas psicoativas.

Abordaremos nessa seção os aspectos gerais da biblioteca pública e seu histórico no Brasil, assim como a prevenção do uso de substâncias psicoativas no contexto nacional.

### 2.1 A Biblioteca Pública: Aspectos Gerais

As unidades de informação são organizações que cuidam do processo de adquirir, processar, armazenar e disseminar informações (IBICT, 1989), a fim de garantir o seu acesso à população e preservar as informações para a sociedade. Detentoras de uma estrutura formal e sistema integrado, essas unidades estão distribuídas em centros documentais, de informação e comunicação, e podem ser bibliotecas, acervos, museus, cinematecas, videotecas, livrarias, editoriais, entre outros.

As orientações da UNESCO (2008) e da IFLA (2008) para a formação de competência em informação e midiática, em inglês Media and Information Literacy (MIL), destinadas a promover a igualdade de acesso à informação e ao conhecimento, à mídia e aos sistemas de informação livres, independentes e pluralistas. [...] A referida proposta centra-se em cinco competências básicas, conhecidas como as 5Ces: compreensão, pensamento crítico, criatividade, consciência intercultural e cidadania. (MELO ALVES e ALCARÁ, 2014, p. 4)

Segundo Tarapanoff, Júnior, Cormier (2000), os centros de informação e documentação, além das bibliotecas, são caracterizados como organizações de caráter social e sem fins lucrativos. Essas instituições, vistas como uma unidade de serviço, prestam serviços à sociedade de forma tangível e intangível, ou seja, fornecem produtos impressos e prestam serviços de diversos tipos.

Tanto a representação descritiva quanto a temática são fundamentais para a realização do desenvolvimento da informação. Há duas etapas que fazem parte do processo de representação da informação e que são igualmente importantes: a representação descritiva e a representação temática. (VARGAS e VAN DER LANN, 2011, p. 24)

De acordo com a Unesco e o IFLA, para acontecer a distribuição da informação é necessário um cenário livre e independente para divulgar o conhecimento sem comprometer as experiências sociais e culturais.

A biblioteca pública é “uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independentemente da raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade” (GUBBIN, KOONTZ, 2012).

As ações comunicativas, as quais têm como instrumento a linguagem, podem se realizar mediante a relação (a) entre falante e ouvinte; (b) entre imagem e aquele que assiste (c) entre texto e leitor” (NOVELLINO, 1996, p.37). A importância da linguagem consiste na transmissão seja oral, visual ou escrita executando a real função da comunicação.

A prestação de serviços oferecidos por essas unidades pode ser caracterizada por três elementos básicos: eles são intangíveis; simultaneamente são produzidos e consumidos; e é necessária a presença de um cliente para serem produzidos (FLORIANI, VITAL, VARVAKIS, 2007).

O serviço de informação contribui para aprimorar a busca da recuperação da informação, conforme (VARGAS e VAN DER LANN, 2011, p. 22):

A principal função de um serviço de informação (SI) é possibilitar o acesso aos estoques informacionais de forma ágil e precisa. Isso requer que a organização das informações seja norteada por parâmetros bem definidos, como a determinação de uma política de indexação (PI) elaborada de acordo com os objetivos institucionais e o perfil dos usuários.

Os processos de uma prestação de serviços precisam ser realizados de maneira eficiente e clara, já que os mesmos são determinantes na construção da interação entre uma organização e um usuário. Constituídos por um objetivo comum

de alcançar um bem ou um serviço para os seus usuários, essas unidades de informação adotam métodos e táticas próprias para seu funcionamento, e são dependentes de uma infraestrutura material, tecnológica, além da necessidade de possuir conhecimento e cultura para poder funcionar.

A biblioteca pode ser entendida como um ambiente que favorece o processo dialógico entre sujeitos, seja em um mesmo momento histórico, com os debates e trocas de informações que podem ocorrer em seus espaços físicos e/ou virtuais, ou ainda em tempos históricos distintos, quando os usuários da informação têm acesso aos conhecimentos registrados. (SANTOS, GOMES e DUARTE, 2014, p. 3)

Ao longo do tempo novos instrumentos e meios compõem o espaço das bibliotecas e assim remetem a situação da renovação do suporte informacional. É notável destacar tal importância da biblioteca pública na formação e principalmente na transformação de cidadãos conscientes e críticos. Para Dudziak (2001, p. 131) destaca essa transformação, quando afirma: “A biblioteca, enquanto instituição multicultural, pluralista e aprendente é a base desta transformação”.

A biblioteca no contexto atual ultrapassa o significado errôneo que servia apenas como depósito de livros, o serviço de informação é extremamente relevante quando introduz teorias de marketing na qual resulta de combinações estratégicas tanto no ambiente físico internamente quanto no ambiente externo com as parcerias e projetos apontados para público alvo.

Ao demonstrar que a popularização das bibliotecas pode ser associada ao anúncio, ao aumento do público, surge em torno da biblioteca o princípio da promoção em torno ao ambiente da biblioteca o princípio da promoção de serviços de informação, por meio de ferramentas para comunicar e esclarecer o pesquisador.

Juntamente com a análise ambiental, desenvolvida por Corral (1994), a sigla PEST (político, econômico, social e tecnológico) que identifica e reforça o atendimento prestado, analisando a concorrência ambiente, a biblioteca poderá ser qualificada e compreendida como um organismo em constante expansão, necessitando de controle rígido nas medidas para potencializar as forças do atendimento ao público, tanto interno quanto o externo, melhorando o atendimento prestado ao público.

A unidade de informação utilizada no trabalho de conclusão de curso foi uma biblioteca pública. É preciso analisar que a palavra “biblioteca” tem sua origem

do grego *biblíon* (livro) e *teke* (caixa, depósito), portanto um depósito de livros (HOUAISS, 2001) que também guardava escritos em tabletas de argila, rolos de papiro, pergaminho e os enormes códices que eram enclausurados nos mosteiros medievais.

Segundo o dicionário Aurélio (1993) a biblioteca é uma unidade pública ou privada constituída de livros e documentos, e utilizada para as atividades de leitura, estudo e consulta. Cunha (1999) define a biblioteca como sendo o local onde a maioria dos itens do seu acervo é constituída de documentos em papel. Desde as primeiras bibliotecas, esse termo tem constituído um local onde se armazenam obras.

No passado, as bibliotecas repletas de livros grandes e pesados eram administradas por monges e frequentadas por membros da Igreja. Com o decorrer do tempo, esse caráter restrito cedeu lugar a uma biblioteca fornecedora de informação em diferentes formatos, podendo ser acessada por qualquer pessoa (MORIGI 2006).

As bibliotecas públicas, são centros de informações que atuam permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, além de organizar as informações para o indivíduo usufruí-la. (MILANESI, 1986).

Aberta para todos e mantida pelo poder público, a biblioteca pública desempenha o papel de disseminar conhecimento à comunidade através de empréstimos gratuitos. Deste modo, ela toma iniciativa de estimular a leitura dos indivíduos, aprimorar a vida cultural e levar a discussão crítica da realidade. Para Milanesi (1988) a biblioteca também se torna uma ferramenta de análise do cotidiano com suas problemáticas, tornando-se um local de encontro e discussão.

Nas instituições de informações, como a biblioteca, segue-se o protocolo de facilitar o conhecimento através da avaliação do acervo, projeto que demonstrem e apresente o papel social e cultural do local e implementando sistemas facilitadores de deslocamento tanto dos frequentadores pelos corredores com maior fluidez quanto das obras controlando o acervo, a entrada e a saída de livros, associando a leitura local os empréstimos e as devoluções dos recursos literários obtendo economia, rapidez e segurança nas operações da biblioteca.

Ao interagirem, os sujeitos constroem argumentos, analisam temas e formulam pontos relevantes para o debate, de modo que exercitam o processo de reflexão. Na interlocução, as informações ganham significados, uma vez que essas ampliam e passam a fazer sentido, através de conexões estabelecidas pelos sujeitos. (SANTOS, GOMES e DUARTE, 2014, p. 4)

Para que se possa debater o indivíduo necessita ser crítico e ser abastecido de informação, com estas ferramentas ocorre de forma diplomática a passagem de conhecimento.

Contudo para Garcez (2014), quando se olha mais atentamente para as bibliotecas, vê-se que essas inovações ainda permanecem distantes da realidade da maioria desses espaços, principalmente daqueles dos quais depende grande parte da população em idade escolar: os espaços educacionais públicos.

Oliveira (1985) fala da informação como um produto intangível e que precisa satisfazer e atender as necessidades sociais sem fins lucrativos. Dalbosco (2009) fala do objetivo da biblioteca em ser um agente disseminador da informação, na forma de serviços prestados e a partir das necessidades e desejos do usuário.

A construção do leitor é um processo contínuo e as medidas a serem adotadas abrangentes. Tendo em vista, entretanto, o nosso espaço de investigação, uma recomendação pode ser feita: a implantação de programas de incentivo à leitura no tempo ocioso da biblioteca. (DAUSTER, 2001, p. 9)

Para a formação do leitor se faz necessário a continuação dos incentivos à leitura baseados nos períodos em que a biblioteca universitária estará disponível para ações estratégicas dos campos do saber.

Além da sala de aula, as bibliotecas são ferramentas essenciais no processo de educação, já que elas são “parte integrante do processo ensino-aprendizagem, que conduz o cidadão a uma formação sólida, garantindo-lhe uma qualidade melhor de vida” e porque ela é uma “obrigação do Estado, preceituada na Constituição, oferecer educação de todos os brasileiros”. (CORTÊ; BANDEIRA, p.6)

Assim, a capacitação contínua de professores e bibliotecários torna-se fundamental para o desenvolvimento de uma metodologia de ensino que torne os estudantes, pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. (SILVA, 2005, p. 126)

No contexto brasileiro o livro se torna artigo de luxo em virtude do custo e infelizmente boa parte da sociedade só terá acesso ao livro didático. A escola é o lugar onde a maioria aprende a ler e escrever, e muitos têm sua talvez única oportunidade de contato com os livros, estes passam a ser identificados com os livros didáticos. (MARTINS, 2007, p. 25)

O profissional bibliotecário atuante tem como função planejar, implantar, coordenar, controlar e dirigir sistemas biblioteconômicos e ou de informação e de

unidades de serviços afins, além de executar outros encargos comparativos com as exigências para o exercício da função.

Nesse contexto, o profissional deve manter-se atualizado, ter capacidade de comunicação, agir com ética, além de ter capacidade de análise, síntese e concentração.

Geralmente, os sistemas de classificação da informação consistem de três partes: um esquema de classificação que organiza nomes sistematicamente de acordo com suas similaridades; uma notação da classificação que substitui itens no esquema de classificação; um índice para tornar fácil para o usuário pesquisar a informação. (TRISTAO, FACHIN e ALARCON, 2004, p. 164)

O seu objetivo é procurar as relações evolutivas entre os organismos e expressar essas relações em sistemas taxonômicos, uma das relevantes contribuições do bibliotecário.

Tendo isto em vista, as competências informacionais da biblioteca pública devem se atualizar e adaptar para suprir as novas necessidades e cobranças, conforme Maroto (2009, p.65):

[...] a proposta curricular dos cursos de formação de bibliotecários que deveriam enfatizar, também, a discussão de conteúdos relacionados ao desenvolvimento da leitura, e ao estabelecimento de normas e técnicas de organização de acervos que atendam às reais necessidades de busca e de acesso à informação, pelo público infanto-juvenil.

O usuário através deste meio fica a par de todos os serviços que serão oferecidos, podendo assim se interessar por este. A unidade deve sempre procurar atender às suas necessidades, desejos e preferências, questionando-os e obtendo assim, informações de forma direta a respeito das suas necessidades e do que deve melhorar, com intuito de que as atividades prestadas sejam reconhecidas e que este retorne a unidade de informação, além de ela consiga atrair novos usuários. (BAPTISTA, COSTA, VIANA NETA, 2009).

Para ser colocado em prática é necessário um planejamento estratégico, um estudo prévio que traça o que se pode melhorar, qual público alvo e seus desejos e necessidades.

Definindo os objetivos que se pretende atingir, pode-se assim decidir o que será oferecido e como será comunicado, mantendo o usuário informado do que a

unidade de informação tem a proporcionar, salientando os seus benefícios, a atividade promocional que será utilizada e como ela vai ser distribuída.

Deste modo, a biblioteca sempre está procurando atualizar e ser acessível, podendo assim obter uma boa receptividade. (BAPTISTA, COSTA, VIANA NETA, 2009).

As ações compreendidas do profissional bibliotecário devem estar sempre se atualizando e aprimorando, pois, a capacitação é um processo contínuo. Expõem que as políticas atuais não colaboram com a classe bibliotecária por falta de leis de apoio para os bibliotecários e bibliotecas.

## **2.2 Biblioteca Pública no Brasil**

A história da biblioteca pública brasileira iniciou-se em 1808, com a chegada da família real portuguesa. A biblioteca pública oficial do Brasil foi a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo acervo original foi trazido com a família real e a corte portuguesa, quando Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão.

Os jesuítas possuíam o trabalho de catequizar e instruir os indígenas dentro das normas da metrópole, os filhos dos colonos participaram somente da instrução. Os livros entravam na Colônia através da doação de padres da Companhia, pelo rei ou por meio de compras.

Existiram outras ordens como a dos franciscanos, beneditos e carmelitas que também criaram escolas e bibliotecas. Segundo Araújo (1999), os padres jesuítas só permitiam a leitura de obras em latim e somente aqueles que estivessem de acordo com os objetivos do aprendizado. Por esse motivo, a maioria dos livros que eram solicitados estavam em latim ou em outros idiomas.

As bibliotecas fundadas nesse período ficavam abertas para os padres, alunos e por aqueles que fizessem um bom pedido. Elas possuíam acervos que englobavam diversos conhecimentos, além de obras poéticas como as escritas em forma de romance, livros sobre a vida dos santos e as sagradas escrituras, obras de São Tomás de Aquino, Doutor Navarro.

Segundo Araújo apud Chagas (2013, p.4), os primeiros acervos que circulavam por aqui eram:

Cartilhas, livros de devoção, práticas de sermonários e catecismos teológicos, existiam clássicos, censurados pelo Index inquisitorial, como Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio, Sêneca, Aristóteles, Platão, Demóstenes, Homero, Hesíodo e Píndaro.

As atividades dos jesuítas foram interrompidas com a reforma pombalina, estabelecida pelo Marquês de Pombal, que modificou as estruturas educacionais de Portugal e seus domínios. Com a expulsão dos Jesuítas, todos os bens da Companhia de Jesus foram confiscados, inclusive as bibliotecas, o que levou diversos livros a ficarem perdidos, roubados, ou nas casas daqueles que podiam conservar e guardar, criando acervos particulares.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram tomando espaço no Brasil e as bibliotecas se tornaram um espaço de contestação, surgindo posteriormente, a necessidade de bibliotecas maiores com gabinetes de leitura.

Como exemplo temos o Real Gabinete Português de Leitura sendo este último uma instituição cultural e literária de Portugal no Brasil. Fundada em 14 de maio de 1837, por um grupo de 43 emigrantes portugueses no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a cultura entre a comunidade portuguesa na então capital do império.

No Brasil, as primeiras bibliotecas públicas criadas surgiram no século XIX, por iniciativa de cidadãos da sociedade e posteriormente pelos seus governantes. E diante desse fato histórico a respeito do surgimento de bibliotecas públicas no Brasil, ressalta-se que:

Além da Biblioteca Pública da Bahia (1811) e da Biblioteca Imperial e Pública do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional), incorporada ao patrimônio do Estado em 1825, novas foram criadas; em 1829, foi criada a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. Em 1837, fundou-se uma outra biblioteca pública no Rio de Janeiro; a do Real Gabinete Português de Leitura. Progressivamente, outras foram criadas ampliando as possibilidades de acesso ao livro. (MILANESI, 1983, p. 30-31).

A Biblioteca Pública da Bahia, fundada em 04 de agosto de 1811 em Salvador é considerada a primeira biblioteca pública no Brasil, por iniciativa de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco, dono de engenho que enviou um projeto ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, pedindo a sua aprovação.

De acordo com os autores Araújo e Oliveira (2005, p.35), Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco o idealizador do projeto:

Planejou a biblioteca como uma instituição para promover a instrução do povo. A biblioteca pública da Bahia foi a primeira a ser fundada com essa característica de não contar com recursos do governo. A experiência não deu certo, e o governo passou a dar subsídios e outras bibliotecas públicas floresceram em outras capitais e cidades importantes.

Com iniciativa própria abriu a sua biblioteca particular ao público, como afirma Moraes (1979), a biblioteca era a primeira com um caráter verdadeiramente público uma vez que as dos Conventos não eram públicas e a Real Biblioteca do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido apenas transferida de sede.

A Biblioteca Pública da Bahia ou Biblioteca Central dos Barris reúne em seu acervo obras em língua portuguesa e sobre a Bahia disponíveis ao público em geral. A seguir, faixada a primeira biblioteca pública do Brasil.

**Figura 1:** Biblioteca Pública da Bahia



Fonte: Ronaldo Silva, 2011

E diante desse fato histórico a respeito do surgimento da primeira biblioteca pública no Brasil, vamos destacar além da biblioteca da Bahia e da biblioteca Nacional outras bibliotecas públicas que foram criadas logo após como: Biblioteca Pública Benedito Leite - Maranhão e a Biblioteca Pública do Paraná.

A Biblioteca Nacional do Brasil<sup>2</sup>, segundo a UNESCO é uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina.

A história da Real Biblioteca no Brasil, está ligada com a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Junto com a corte portuguesa encontrava um acervo de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhões pertencentes à Livraria Real.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) foi inaugurada no seu atual prédio em 29 de outubro de 1910 no Rio de Janeiro. Esteve subordinada ao Ministério da Educação e ao Ministério da Educação e Cultura. A missão da Biblioteca Nacional é tornar-se guardiã da memória gráfica brasileira.

Na década de 80, passou a ser administrada indiretamente, fazendo parte da Fundação Nacional Pró-Memória quando junto com Instituto Nacional do Livro (INL), passou a constituir a Fundação Nacional Pró Leitura. Em 1990 a Biblioteca Nacional é subordinada a Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília, passaram a constituir a Fundação Biblioteca Nacional.

A partir de 2004, através do seu atual estatuto, Decreto nº 8.297 de 15 de agosto de 2014, nomeado pela Presidenta da República uma junta administrativa composta por: A Fundação Biblioteca Nacional será dirigida por uma Diretoria Colegiada composta por: I - Presidente; II - Diretor-Executivo; e III - coordenadores-gerais.

A Fundação Biblioteca Nacional é possuidora de um escritório de Direitos Autorais para registro e averbação de direitos autorais e também é a Agência Nacional do ISBN (*Internacional Standard Book Number*). Coordena e incentiva o uso do sistema internacional de numeração de livros e atribui códigos às editoras e publicações nacionais para efeitos de divulgação e comercialização.

Biblioteca Nacional – é responsável pela guarda de toda publicação produzida em um país, favorecida pela Lei 10.994 de 14 de dezembro de 2004, Lei de Depósito Legal tem objetivo de preservar a memória de uma nação e possibilitar o controle e divulgação de toda a literatura publicada (PORTELLA, 2010).

---

<sup>2</sup> <http://www.bn.br/portal/>. Acesso em 17/01/2021

A FBN consta com outras atribuições além das citadas acima:

Coordena e incentiva o uso do sistema internacional de numeração de livros e atribui códigos às editoras e publicações nacionais para efeitos de divulgação e comercialização.

Coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a política de incentivo à leitura através do Proler.

Centro Nacional de Permuta Bibliográfica, em âmbito nacional e internacional.

E através do cumprimento da Lei do Depósito Legal que a Biblioteca Nacional auxilia na sua finalidade de proporcionar a informação cultural nas diferentes áreas do conhecimento humano com base na produção intelectual brasileira e nas obras mais significativas da cultura estrangeira.

Mecanismo estruturado para compra de material bibliográfico no exterior para reunir uma edição de obras estrangeiras nas quais se incluem livros relativos ao Brasil ou de interesse para o País; Elabora e divulga a bibliografia brasileira corrente através dos Catálogos em linhas, disponíveis no Portal Institucional ([www.bn.br](http://www.bn.br)); Centro nacional de permuta Bibliográfica, em âmbito nacional e internacional.

Com estatuto de Fundação, a Biblioteca Nacional amplia sua atuação em estratégias fundamentais para entrelaçar os três alicerces da cultura brasileira: biblioteca, livro e leitura. É responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a política de incentivo à leitura através do Proler.

A Fundação Biblioteca Nacional possui um laboratório de restauração e conservação dos documentos com modernas técnicas, de microfilmagem, fotografia e digitalização.

Com a nova era da sociedade da informação a Biblioteca Nacional amplia e permite o acesso aos catálogos em linha onde estão todas as coleções digitalizadas através do seu portal institucional ([www.bn.br](http://www.bn.br)), colocando a Fundação Biblioteca Nacional na vanguarda das bibliotecas da América Latina e igualando-a às maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervo e acesso às obras e aos serviços, via internet.

A arquitetura da Fundação Biblioteca Nacional foi modernizada respeitando a estrutura do prédio histórico, com melhorias nos sistemas de ar-condicionado e nos sistemas de detecção e alarme de incêndio, conforme imagem abaixo.

**Figura 2** – Fundação Biblioteca Nacional



Fonte: Ministério da Cultura / André Melo, 2018.

A Biblioteca Pública Benedito Leite<sup>3</sup> é fruto do projeto de lei elaborado e apresentado pelo membro do Conselho Geral da Província, Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, em 08 de julho de 1826, na Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, fachada arquitetônica do prédio público a seguir.

**Figura 3** - Biblioteca Pública Benedito Leite



Fonte: [www.bpbl.ma.gov.br](http://www.bpbl.ma.gov.br), 2013.

---

<sup>3</sup> Informações extraídas da página web: <http://www.bpbl.ma.gov.br/>

O projeto foi aprovado somente em 29 de setembro de 1829, sendo que “O então presidente Araújo Vieira, futuro Marquês de Sapucaí, pediu recursos financeiros ao Império, que os negou, alegando limitações orçamentárias. Araújo Vieira recorreu então à subscrição popular [...]”, (MORAES, 1995, p. 271).

Com um acervo doado pelo Dr. Antônio Pedro da Costa, e adquirido com a arrecadação da subscrição popular e as doações feitas pela elite maranhense, foi inaugurada e aberta ao público em 1831, no Convento do Carmo, com objetivo de proporcionar uma nova oportunidade e mudanças na educação e na cultura da sociedade.

Recentemente foi reformada, com ambiente climatizado e informatizada. Possui um acervo de 127.000 obras entre livros, periódicos, obras raras entre outras. Está localizada na cidade de São Luís no Maranhão, na Praça do Panteon, aberta ao público de segunda a sexta, das 08h30min às 19 horas.

A Biblioteca Pública do Paraná<sup>4</sup> foi criada em 7 de março de 1857, pelo vice-presidente da província José Antônio Vaz de Carvalhães, no Lyceu de Curitiba. De início, a proposta era formar pequenos acervos com obras mais adequadas para os estudantes do Lyceu, visto que na época não existia nenhuma livraria, o que ocasionou a criação da biblioteca.

A Biblioteca Pública do Paraná é uma das maiores bibliotecas públicas do Brasil. O acervo reúne cerca de 630 mil livros, periódicos, fotografias, mapas, cartazes e materiais de multimeios e multimídia. É um órgão de regime especial subordinado à Secretaria de Estado da Cultura, que ocupa área de 8.28,96 metros quadrados e é uma das bibliotecas públicas mais frequentadas do país, atendendo em média 3 mil usuários/dia e cerca de 2 mil empréstimos diários de livros.

O prédio foi tombado como Patrimônio Cultural em 18 de dezembro de 2003, dentro da programação alusiva ao sesquicentenário da emancipação política do Paraná.

Os acréscimos culturais e tecnológicos ao longo dos anos fazem da Biblioteca Pública do Paraná uma das maiores unidades públicas de conhecimento do país, sendo que os serviços oferecidos se baseiam na igualdade de acesso a todos. O prédio da Biblioteca Pública do Paraná foi construído em apenas oito meses e foi inaugurado em dezembro de 1954, pelo Presidente da república Café Filho.

---

<sup>4</sup> Informações extraídas da página web: <https://www.bpp.pr.gov.br/Pagina/Historia>

**Figura 4** - Biblioteca Pública Do Paraná



Fonte: José Gomercindo/ANPr, 2019.

A Biblioteca Mário de Andrade<sup>5</sup> é uma das mais importantes bibliotecas de pesquisa do país. Fundada em 1925 como Biblioteca Municipal de São Paulo, é a maior biblioteca pública da cidade e a segunda maior biblioteca pública do país, superada, apenas, pela Biblioteca Nacional.

Foi inaugurada, em 1926, na Rua 7 de Abril, com uma coleção inicial formada por obras que se encontravam em poder da Câmara Municipal de São Paulo, em cujo prédio a Biblioteca funcionava. Em 1937, incorporou a Biblioteca Pública do Estado e, a partir de então, importantes aquisições de livros, muitos deles raros e especiais, enriqueceram seu acervo.

O crescimento de seu acervo e serviços ocasionou a mudança da biblioteca para o atual edifício, localizado na Rua da Consolação. Inaugurado em 1942, na gestão do Prefeito Prestes Maia e tendo Rubens Borba de Moraes como Diretor da Biblioteca, o novo edifício, projetado pelo arquiteto francês Jacques Pilon, é considerado um marco da arquitetura Moderna em São Paulo.

Atualmente, a Biblioteca permanece aberta todos os dias e disponibiliza todo o seu acervo para consulta local (algumas coleções requerem agendamento prévio). Ademais, conta com programação cultural diariamente e totalmente gratuita, com música, teatro, cinema, artes visuais, atividades para o público infante-juvenil,

---

<sup>5</sup> Informações extraídas da página web: <https://www.prefeitura.sp.gov.br>

clube de leitura e muito mais. A Biblioteca Mário de Andrade (BMA) é uma das mais importantes bibliotecas de pesquisa do país. Fundada em 1925 como Biblioteca Municipal de São Paulo, é a maior biblioteca pública da cidade e a segunda maior biblioteca pública do país, superada, apenas, pela Biblioteca Nacional.

**Figura 5** - Biblioteca Pública Biblioteca Mário De Andrade



Fonte: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma>, 2017.

Nos dias de hoje, a Biblioteca Pública é mais dinâmica. A sociedade e os dirigentes acreditam na oferta de serviços eficientes em resposta às exigências da Sociedade da Informação e dos seus utilizadores.

Apesar dos incentivos em criar novas bibliotecas conforme o Art. 1º ao art. 3º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do inciso XII e dos §§ 1º ao 4º, que estabelece:

XII - Presença de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro.

§ 1º Considera-se biblioteca pública o espaço sociocultural que dispõe, em múltiplos suportes, de produtos e serviços informacionais, disponibilizando em seu acervo o mais amplo conhecimento possível sobre os diversos saberes, filosofias e ciências.

§ 2º O acervo da biblioteca será disponibilizado, em geral, a toda a comunidade e, em especial, ao público estudantil.

§ 3º Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada habitante, cabendo ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas determinarem a ampliação deste acervo conforme a realidade de cada município, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas públicas.

§ 4º Os municípios, dentro de sua autonomia e capacidade financeira, deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas públicas, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de cinco anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº. 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 junho de 1988.

A Lei ressalta ainda que:

O objetivo da biblioteca pública é proporcionar aos cidadãos a assimilação da informação capaz de gerar conhecimento modificador e inovador que altere seu desconhecimento da realidade e proporcione um encontro com o saber humano. Porém, a comunicação efetivada entre o indivíduo (usuário) e a biblioteca não se restringe à transferência da informação. Ao contrário do que se imagina, esse é o fim de um processo que se inicia com o modo como ela se enuncia para o usuário, como ela se instala, nesse enunciar, sua competência para equacionar problemas de educação, lazer, cultura e informação em geral, tornando a visível a todos.

Diante da Lei n. 9.394/96, que prevê a presença de uma biblioteca em cada município e de um profissional bibliotecário, é importante salientar que não basta criar novas bibliotecas, mas que haja um trabalho de conscientização com a comunidade sobre a verdadeira missão da biblioteca. É apresentar para a comunidade uma ferramenta de acesso à informação capaz de diminuir as desigualdades sociais e um novo espaço de lazer e cultura que interage com a comunidade.

No entanto, algumas Bibliotecas Públicas continuam desatualizadas, devido à falta de investimentos financeiros que não possibilitar a manutenção da estrutura, na modernização de seus serviços como profissionais qualificados e na atualização de acervo que assegure o seu funcionamento.

Acerca desse assunto Suaiden (1980, p.52), diz que:

a maioria das bibliotecas públicas encontra-se em total abandono pelo poder público, em consequência das desigualdades regionais, com as estruturas de instalações precárias, recursos financeiros limitados, organização das coleções bastantes deficitária, por falta de profissional bibliotecário.

Em 2009, o Ministério da Cultura realizou o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, cuja realização foi feita pela Fundação Getúlio Vargas. O objetivo era subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas em todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas à melhoria e valorização das bibliotecas públicas brasileiras. A pesquisa mostrou que 79% dos municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios.

Segundo o censo<sup>6</sup> (2009) as bibliotecas que estão em funcionamento, apenas 45% têm computadores com acesso à internet, e boa parte destas não disponibiliza os serviços para os usuários. Além disso, 88% dos estabelecimentos não têm nenhum tipo de atividades de extensão, como oficinas e rodas de leitura. Ainda segundo a pesquisa, 83% do acervo dessas instituições são constituídos por doações.

Esses dados demonstram que os problemas acima citados vão, além disso, outros fatores que desencadearam essa desigualdade que vem ocorrendo nessas unidades de informação e a falta de investimento em educação e cultura, aliado a isso também está a falta de autonomia enfrentada pelos gestores dessas instituições.

São raros os casos de eficiência, ou seja, de bibliotecas que conseguem manter, e ampliar um acervo útil para a sua comunidade adquirindo obras, somente por doações voluntárias. Muitos desses acervos estão desatualizados, mal conservados e desconexos com as necessidades da comunidade local.

Os resultados do censo demonstraram a dura realidade das bibliotecas públicas brasileiras, expondo os sérios problemas que acabaram preocupando especialistas e aumentando a discussão sobre o papel desempenhado pela biblioteca pública na atual sociedade.

Contudo, o censo (2009) mostrou que a maioria das bibliotecas públicas não possuem recursos suficientes para se manter, atualizar seus acervos, investir em tecnologia e muito menos para formação e qualificação de suas equipes, prescindindo muitas vezes do próprio profissional formado.

Considerando a situação atual das bibliotecas públicas brasileiras, todos os problemas que podemos verificar no censo, mesmo com a implementação de lei que estabelece as suas funções e que atribui a responsabilidade financeira ao Estado, notamos que não há uma política de fiscalização sobre os recursos destinados a essas instituições e, se é suficiente para atender a demanda de serviços de qualidade, utilizando metodologias adequadas como estudo da comunidade, qual o perfil do usuário para diagnosticar as necessidades de informação da sua comunidade para diminuir essas desigualdades regionais.

---

<sup>6</sup> BRASIL, Ministério da Cultura. Fundação Getúlio Vargas, Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais: Estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: Acesso em: 10. jan. 2021

### 3 A PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO BRASIL

A origem do termo droga deriva de várias concepções, na linguagem médica, droga representa medicamento. A nomenclatura droga, remete a aquela que induz à fissura pelo seu consumo seja pelo prazer proporcionado, seja pelo efeito desagradável que a interrupção de seu uso provoca<sup>7</sup>. A palavra tem origem em *droog* (expressão holandesa) que significa folha seca. Hoje em dia, a medicina delibera droga como qualquer substância capaz de alterar a função dos organismos.

A palavra psicoativa, derivação de psiquismo (sentimento, ato de fazer e pensar, recaindo na individualidade) e tropismo, o qual remete a atração por. Portanto, psicoativo constitui a atração pelo psiquismo, drogas psicoativas são aquelas que atuam no sistema nervoso central.

No século XX, o tema do uso de drogas no Brasil se tornou um importante debate, tanto na sociedade civil brasileira quanto na sociedade científica. O fator de atenção se deu pela quantidade de jovens, adultos e idosos envolvidos com as políticas públicas de prevenção ao abuso de drogas.

Com todo avanço científico do século XXI o ser humano ainda tem muito a criar para contribuir com a população de sua localidade.

Um dos grandes desafios deste início de século, em que um panorama de alto desenvolvimento científico – tecnológico está presente, é tornar o homem capaz de utilizar sua criatividade para gerar inovação e provocar mudanças no cenário em que está inserido. (MARTINS, 2008, p. 1)

Para saber o que é considerado droga no Brasil, é preciso recorrer à Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 do Ministério da Saúde, a qual descreve droga ou entorpecente como toda “substância que pode determinar dependência física ou psíquica relacionada, como tal, nas listas aprovadas pela Convenção Única sobre Entorpecentes, reproduzidas nos anexos deste Regulamento Técnico”.

Para Torcato (2014), o movimento de temperança brasileiro dos anos 1920 também pressionou os legisladores por uma política pública que condenasse o uso de bebidas alcoólicas, embora sem êxito na aprovação da abstinência compulsória.

---

<sup>7</sup> Informações extraídas da página web: <http://www.agencia.fapesp.br/materia/12686/especiais/drogas-na-adolescencia.htm>

A comunidade científica apontou as condições de ameaça e de segurança durante a infância e início da adolescência, especialmente relacionados aos vínculos familiares e o da escola.

O bibliotecário é responsável por facilitar ao extremo a compreensão da variedade informacional, assim a leitura possui a capacidade de ensinar e interpretar o ambiente externo por ele ocupado, assim como acompanhar a transformação do mundo.

Conforme o Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP), quanto mais precoce o consumo de uma droga de abuso (que englobam desde anfetaminas até entorpecentes pesados como cocaína e heroína, passando pelo cigarro e pelo álcool) mais o indivíduo se torna vulnerável à dependência. Foi o que mostrou um estudo com camundongos conduzido ao administrar doses de álcool em animais adolescentes e adultos, os pesquisadores constataram que os mais jovens apresentaram uma compulsão maior ao consumo após um período de abstinência.<sup>8</sup>

No desenvolvimento da criança e adolescente os ambientes familiares, profissionais e educacionais juntamente com a divulgação da grande mídia são fatores que podem contribuir na intensidade da passividade dos indivíduos ao uso de drogas e outras condutas de risco.

Baseando-se nas teorias construtivistas de Dewey, Kelly, Bruner e Vigotsky, propõe um modelo de processo de pesquisa da informação, Information Search Process (1993), inovador para a época, destinado a estudantes com mais de 12 anos, que abrange a esfera cognitiva (os pensamentos do sujeito em relação à tarefa que deve realizar), a esfera emocional (os sentimentos que o acompanham na evolução do seu pensamento), e esfera física (as ações que realiza e as estratégias que emprega). (MELO ALVES e ALCARÁ, 2014, p. 8)

Segundo os teóricos construtivistas existe proposta para confirmar os estímulos intelectuais de crianças acima de 12 anos, baseados em três pilares: cognição, emocional e físico. Com velocidades ordenadas que são trabalhadas as habilidades de história nas crianças e adolescentes para que sempre busquem as melhores decisões, a relação escola e família, são as melhores estratégias de enfrentamento para o combate ao consumo de drogas.

---

<sup>8</sup> Informações extraídas da página web: <http://www.fiocruz.br/bibsp/cgi/cgilua>

Mas, quando ambas não apresentam condições de combate pode-se unir as atividades para uma terceira parte como projeto de construção e valorização da vida, que são as atividades desenvolvidas por bibliotecas através de inúmeros elementos culturais para atrair o jovem para o aprendizado e distanciamento do consumo ou comércio de drogas.

Na construção da memória humana os aspectos felizes e tristes constituem os campos das lembranças. Assim, utilizamos as boas lembranças para satisfazer o nosso inconsciente. A psicanálise enfatiza que tudo quanto de fato impressionou a nossa mente jamais é esquecido, mesmo que permaneça muito tempo na obscuridade do inconsciente. (MARTINS, 2007, p. 19)

O ser humano em virtude de suas necessidades biológicas, psíquicas e nas práticas religiosas buscam de diferentes formas e maneiras ampliar sua carga de felicidade para isso reduzindo ao máximo todo o tipo de amargura.

Alguns dos principais motivos que induzem uma pessoa a começar a usar drogas parte da curiosidade, influência social (das amizades), vontade própria, desejo de fuga (problemas com os vínculos familiares, crise financeira, aceitação social), coragem (para tomar uma atitude que sem o uso das drogas não tomariam), dificuldade em suportar, enfrentar ou aguentar situações difíceis, experimentação por lazer ou hobby (recreação), sensações de prazer, ficar calmo ou servir como estimulante.

A respeito do uso de drogas, a sociedade terapêutica trata a situação com dois vieses, o primeiro sobre o adolescente, aquele em estado de formação tanto educativa quanto do sistema nervoso.

A adolescência é o momento de incremento, nessa etapa os jovens estão expostos às inovações e opiniões, até mesmo nos comportamentos que ao se relacionarem com sujeitos e organizações além daquelas descobertas na infância. Sendo um período para "experimentar" as funções e responsabilidades dos adultos. É ainda uma ocasião em que a "expansão" e flexibilidade do cérebro adolescente indicam que, assim como na infância, esse período de desenvolvimento é um momento em que as intervenções podem reforçar ou alterar as experiências anteriores.

Com a devida orientação se espera que a criança e ao adolescente apliquem o conhecimento desenvolvido em estimular as habilidades de recusar substâncias e a pressão dos colegas para usar substâncias psicoativas. As políticas

antidrogas desenvolvidas nas bibliotecas sobre o uso abusivo de substâncias especificam que as substâncias psicoativas não devem ser usadas nas instalações escolares, no ambiente doméstico, tão pouco adentrarem no organismo juvenil.

É importante salientar que os entorpecentes utilizados por muitos adolescentes usuários de drogas, são: maconha, cocaína ou crack sem antes ter feito um uso abusivo de álcool ou de inalantes, a exemplo do lança-perfume, loló e cola de sapateiro. Assim, se faz necessário a prevenção contra o uso das substâncias psicoativas que podem atuar para degenerar a capacidade psicológica e física do mesmo.

As políticas também devem indicar estruturas claras e não punitivas para abordar circunstâncias vinculadas ao uso, modificar-se em oportunidades de agenciar a educação e a saúde. Desta forma, o jovem estaria criando vínculos de fortalecimento educacional e se distanciando dos riscos com o contato com as drogas.

Segundo a ONU, globalmente estima-se que houve 13 milhões no ano passado usuários de qualquer droga entre estudantes de 15 a 16 anos em 2018, com cerca de 11,6 milhões de usuários de cannabis no ano passado. Este corresponde a uma prevalência anual de uso de cannabis de 4,7% nesta faixa etária - uma taxa que é maior do que a taxa entre a população em geral com idade entre 15-64 (3,9%). Uso de cannabis no último ano entre jovens 15-16 é alto na Oceania (17,8%), nas Américas (12,1%) e Europa (11,7%). A cannabis é a droga mais usada entre os jovens.

Já o segundo relaciona-se com o adulto, utiliza-se o termo controle dos elementos considerados drogas nesta etapa da vida do indivíduo. Nesta fase etária a proposta parte para o poderio da diversidade e o alcance dos serviços sociais e de saúde para dependentes, a prevenção é a que proporciona a melhor repulsão custo-benefício para a diminuição tanto da obtenção como de suas decorrências.

A relação entre drogas e violência é complexa. É difícil definir todas as relações causais entre o uso de substâncias psicoativas e a violência. Os dados limitados em nível global mostram que a intoxicação pode ser um fator significativo no homicídio.

No Brasil, existe o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), que funciona no Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). Atuando como uma entidade sem fins lucrativos e existe exclusivamente para ser útil à população.

Para a ONU, o efeito da pandemia de COVID-19 nos mercados de drogas é desconhecido e difícil de prever, mas pode ser de longo alcance. Alguns produtores podem ser forçados a buscar novas maneiras de fabricar drogas, já que as restrições ao movimento restringem o acesso a precursores e produtos químicos essenciais. Em 2009, os estimados 210 milhões de usuários representaram 4,8% da população global de 15 a 64 anos, em comparação com os estimados 269 milhões de usuários em 2018, ou 5,3% da população.

A população adulta brasileira enfrenta uma grave crise de saúde pública quando se trata de usuários adultos de entorpecentes, uma vez que a situação é tratada como questão de segurança pública com repressão e violência sobre a população em situação de rua e o vício que a domina.

No estado de São Paulo, mais precisamente na capital São Paulo, encontramos em média de 1.500 a 2.000 pessoas em situação de vulnerabilidade absoluta composto de viciados e traficantes de drogas, mais precisamente de crack.

Em 1995 o jornal O Estado de São Paulo, em matéria que apresentava a prisão de traficante no centro de São Paulo no bairro de Santa Ifigênia nos contornos da Estação da Luz circunvizinho a inúmeros prédios públicos culturais, inaugura o termo “cracolândia” para representar a epidemia do crack que crescia em um ritmo nunca visto antes no país. Os usuários fazem uso à vista de todos, a qualquer hora do dia.

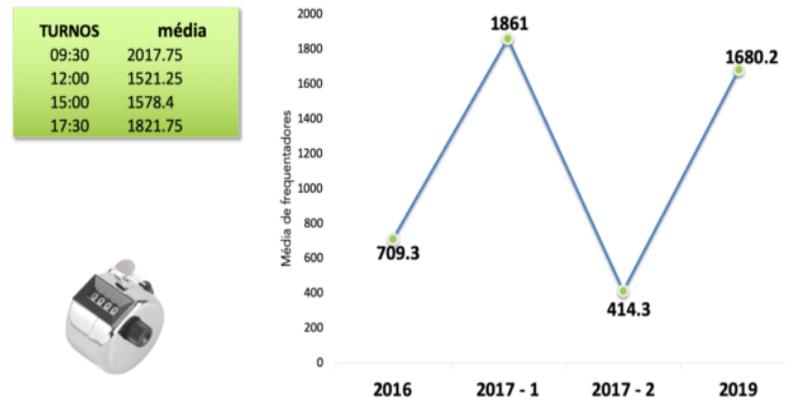
De todas as variantes do uso de cocaína, a inalação de crack é a que mais induz à dependência. Por outro lado, o baixo custo de produção faz com que o crack seja acessível a muitos, definindo então o perfil típico do usuário, que são jovens das classes menos favorecidas, que tomam contato com a droga no início da adolescência. A alteração do estado de consciência promovida pela droga facilita em muito as doenças transmitidas sexualmente – Aids, sífilis, gonorreia, hepatites virais, por exemplo – como também precoce.<sup>9</sup>

A Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) elaborou um perfil dos frequentadores da cracolândia da Cena da Luz em São Paulo, quanto às suas características sociodemográficas, condições de saúde, histórico de uso de drogas e de tratamentos, e nível de vulnerabilidade social e comportamentos de risco.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Informações extraídas da página web: <http://jornal.usp.br/artigos/crack-as-tintas-dramaticas-de-uma-epidemia-que-se-alastra>

<sup>10</sup> Informações extraídas da página web: <https://www.uniad.org.br>

**Figura 6 – Contagem Populacional Cracolândia**

Fonte: Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, 2020.

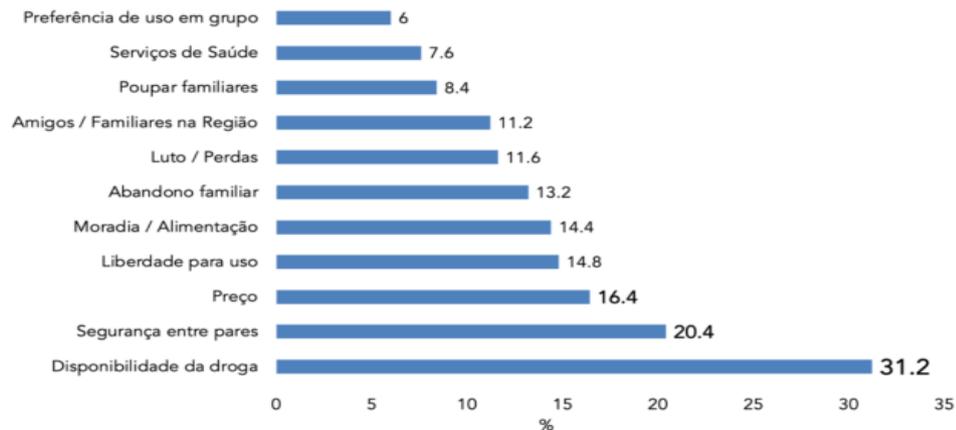
O levantamento acima realizado pela UNIAD, embora a população diminua significativamente nos períodos imediatamente depois de cada grande operação policial, o número total de usuários na região tem se mantido relativamente o mesmo através dos anos.

**Figura 7 – Onde os Participantes Viviam Antes de Ir Para a Cracolândia**

Fonte: Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, 2020.

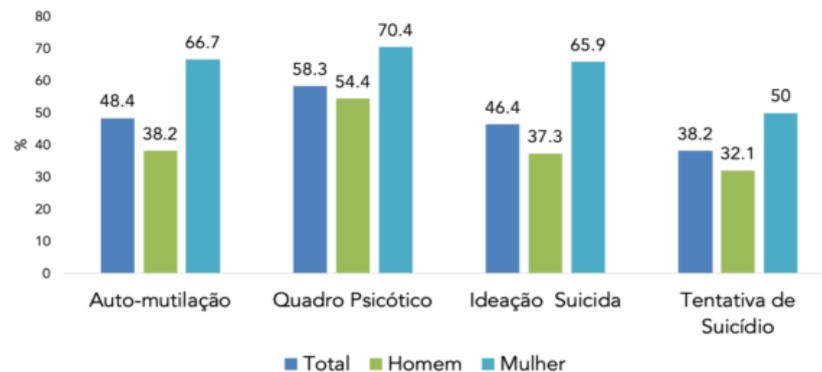
Segundo Raupp e Adorno (2011) o termo 'cracolândia' é utilizado de maneira a enfatizar a dimensão da territorialidade, um conjunto de relações que abarca a disputa de interesses entre usuários, traficantes, moradores, comerciantes do local e poder público.

Os resultados revelados pela UNIAD, mostram que prevalecem os usuários que relatam ter vindo diretamente de suas casas ou da casa de suas famílias antes de ir pra região (78% em 2019), esse índice parece ser consistente, com prevalências semelhantes nas duas edições anteriores (74% e 78% respectivamente).

**Figura 8 – O que Leva Os Usuários a Frequentar a Cracolândia**

Fonte: Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, 2020.

Segundo os usuários, dentre os principais motivos que os levam a frequentar a região estão: disponibilidade da droga (31,2%), segurança de uso entre os pares (20,4%), preço (16,4%) e liberdade para uso (14,8%).

**Figura 9 – Saúde Física e Mental na Cracolândia**

Fonte: Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, 2020.

Quanto a saúde mental, foi detectado que mais da metade dos participantes refere histórico de episódios psicóticos (58%) e mais de um terço (38%) refere já ter tentado suicídio.

As drogas alteram o funcionamento cerebral, modificando a produção, liberação ou degradação dos neurotransmissores cerebrais de tal maneira que ocorra uma modificação no processo natural de intercomunicação neuronal.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Informações extraídas da página web: <https://br.psicologia-online.com/efeitos-das-drogas-no-sistema-nervoso-391.html>

### 3.1 Classificação das drogas psicotrópicas e os efeitos no SNC

As drogas psicotrópicas são substâncias naturais ou sintéticas que ao entrarem em contato com o organismo, através das vias de administração são absorvidas e atuam no sistema nervoso central, resultando em mudanças fisiológicas e alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de autoadministração (OMS, 2006). Portanto, conceituando como:

As drogas são substâncias, portanto, as toxicodependências são as dependências de uma substância. No entanto, existem outras dependências comportamentais, como por exemplo, o jogo patológico.

São todas as substâncias que afetam o SNC e criam dependência. Essas substâncias podem ser tanto naturais como artificiais, e também legais ou ilegais.

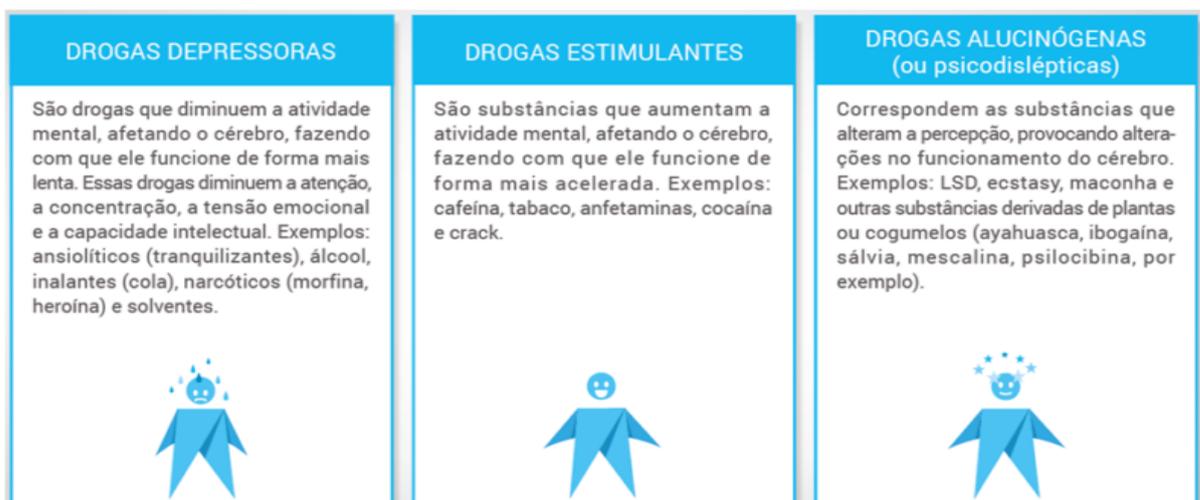
As drogas podem ser introduzidas no organismo por qualquer via de administração. Ou seja, elas podem ser ingeridas pela via oral, podem ser fumadas, podem ser injetadas para entrar por via intravenosa e também podem ser "cheiradas" ou aspiradas pelo nariz.

Alteram o sistema nervoso central, portanto, podem excitar, tranquilizar, acalmar a dor ou distorcer a percepção da realidade.

Drogas criam dependência, ou seja, todas as drogas têm a capacidade de gerar dependência. A dependência é entendida como a necessidade de consumir a droga e apresenta uma série de sintomas que sugerem que a pessoa perdeu o controle sobre o consumo da substância e continua consumindo-a mesmo conhecendo suas consequências adversas.

São substâncias que podem determinar dependência física ou psíquica, ou seja, que está relacionado ao nosso psiquismo (o que sentimos e pensamos) (LOPES & GRICOLETO, 2011).

**Figura 10 – Classificação das Drogas e Efeitos no SNC**



Fonte: <http://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/modulo-1.html>, 2020.

A sua ativação promove, entre outros efeitos, uma elevação no limiar convulsivo, devido a uma inibição generalizada do encéfalo; hipnoindução, por sua ação sobre neurônios do sistema reticular ativador ascendente; relaxamento muscular, através da contenção das vias motoras; e incoordenação, decorrente da inibição cerebelar (KATZUNG, 2010).

De acordo com o mecanismo de ação no sistema nervoso central elas são classificadas em: a) Depressora (psicolépticas): barbitúricos, benzodiazepínicos, opiáceos, etanol, inalantes; b) Estimulantes (psicoanalépticas): cocaína, anfetaminas e derivados; c) Perturbadoras (psicodislépticas): Ecstasy, canabinóides; d) Alucinógenos: LSD (CARLINI, 2001).

#### I - Drogas depressoras da atividade do Sistema Nervoso Central:

Álcool: o consumo da substância provoca no organismo mudança de comportamento, e seu uso constante acarreta em desenvolvimento de dependência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o alcoolista como um bebedor excessivo, cuja dependência em relação ao álcool é acompanhada de perturbações mentais, da saúde física, da relação com os outros e do comportamento social e econômico (HECKMANN & SILVEIRA, 2009).

A ingestão do álcool desenvolve vários efeitos no organismo, destacando-se duas características distintas: uma fase estimulante e outra que acaba agindo de maneira depressora.

Soníferos ou hipnóticos: quando a atividade neural encontra-se em elevado nível de agitação recorre ao uso dos sedativos, medicamentos capazes de reduzir o pico cerebral, o sedativo é bastante consumido com esse perfil já que age como sedativo e calmante.

A sensação provocada pelo relaxamento ou de calma é obtida através da substância barbitúrica que funciona como depressora das diversas áreas do cérebro, porém afetam as capacidades de raciocínio e também a da concentração.

Ansiolíticos: as pessoas que desenvolvem pensamento acelerado ou até mesmo que são preocupadas a todo tempo com o futuro acaba provocando uma depressão cerebral representada por: redução de ansiedade; inferência de sono; relaxamento muscular; diminuição do estado de alerta. Ex.: diazepam, lorazepam.

Opiáceos ou narcóticos: são drogas com grande importância na medicina, pois são poderosos agentes analgésicos. Porém, também são usados como drogas

de abuso, levando o usuário a dependência rapidamente (DUARTE & FORMIGONI, 2017).

Atuam na compressão do centro focal da dor, tosse aguda e até mesmo do sono, mas se a dosagem aumenta outras áreas do cérebro acabam sendo influenciadas e descontrolam o sistema respiratório, cardiorrespiratório e a pressão arterial.

Codeína: o uso da codeína uma substância comum em várias etapas da vida de uma pessoa, mas em maior uso na infância e na velhice pois são inibidoras da tosse. A droga resulta como um bloqueador da ação da tosse.

Inalantes ou solventes (colas, tintas): O uso das substâncias no organismo humano vai da depressão ao processo profundo de alucinatório. No Brasil, é popularmente conhecido como “loló”, à base de clorofórmio mais éter. Infelizmente é comum se deparar com crianças e adolescentes fazendo uso de tais substâncias, já que são vendidos produtos para consumo para higiene pessoal, colas para madeira ou para sapatos e assim são compradas com maior facilidade em vários tipos de estabelecimentos.

#### II - Drogas estimulantes da atividade do sistema nervoso central:

Anfetaminas: são drogas que excitam a velocidade do sistema nervoso central, desta forma o cérebro passa a trabalhar mais, tornando a pessoa mais estimulada provocando a sensação de “ligadas”, “elétricas”, “acesas” ou sem sono.

Nas estradas brasileiras é popularmente conhecida pelos motoristas de caminhões como “rebite”, já que agem inibidoras do sono. Em grande parte dos acidentes envolvendo caminhões nas rodovias federais e estaduais, o responsável pela direção passa horas ou turnos em viagens contínuas para reduzir o tempo de entrega das mercadorias transportadas. Ex.: dietilpropiona, fenproporex etc.

#### III - Drogas Perturbadoras da Atividade do Sistema Nervoso Central:

Mescalina: a Erythroxyton coca, é uma substância natural extraída na América do Sul sendo consumida como sal, o cloridrato de cocaína, o popular “pó”. A forma de consumo pelos usuários de drogas é aspirando, diluindo em água para utilização através de seringa na corrente sanguínea e ainda pode ser aquecido e fumado, como é o crack na forma de pasta base. O seu consumo provoca fortes influências no organismo, como dor no peito, contrações musculares, convulsões e em casos mais intenso o coma.

Em situações onde a cocaína é misturada com substâncias como a lactose, anestésicos locais e estimulantes aos quais podem também potencializar seus efeitos e provocar reações adversas indesejadas nos toxicodependentes ou até a morte (OLIVEIRA, 2014).

Já o merla, produto que não passa por refino e contendo inúmeras substâncias contaminados no momento da produção, o organismo age com dilatação das pupilas, por isso conhecida entre os usuários como “visão borrada”, é utilizada em mais de 50% dos usuários de drogas que estão no Distrito Federal.

THC (da maconha): historicamente o uso da maconha no Brasil e no mundo foram destinados a diversos aspectos, muito utilizado para combater doenças até as mudanças de cenário nas décadas de 70 e 80 passam a ser consumidas como drogas recreativas, passamos por um período de consumo esporádico para o uso constante. E diante desse novo panorama, a planta passa ser proibida em virtude do consumo abusivo.

No século XXI, estudos mais avançados buscavam dissociar os preconceitos de décadas anteriores em virtude das revelações medicinais que a planta apresenta no combate ao câncer e de ataques epiléticos.

As alterações preponderantes observadas na intoxicação por maconha afetam a percepção e o estado psíquico do usuário. Com as doses baixas, pode haver euforia, relaxamento, passividade e alteração da percepção. E com doses elevadas, o usuário pode apresentar paranoia, alucinações e desorientação (MCPHERSON & PINCUS, 2012).

O uso da maconha de forma recreativa, provoca efeitos agudos tanto físicos quanto psíquicos, levando a sérios problemas crônicos em decorrência do consumo excessivo ao longo da vida do usuário de maconha.

Psilocibina (cogumelos): Provoca alucinação no usuário, já que existe a percepção sem que elas existem, a alucinação pode ser de duas formas: auditiva ou visual. Ocorre em caso de psicose, em casos de doença mental como esquizofrenia é recorrente as suas manifestações.

Em pessoas saudáveis sem distúrbios mentais a alucinação ocorre quando induzidas por substâncias ou drogas alucinógenas, denominadas de psicoticomiméticas que são as que induzem a imitar os sintomas da alucinação ou da psicose.

LSD-25: a origem da substância é sintética, responsável por agir através da perturbação ou de maneira alucinógena no organismo humano. O uso de LSD-25 remete a um aumento da perturbação psíquica, já que o usuário passa a perder a noção de espaço e tempo assim deixando de avaliar os estados ou ocorrências de perigo.

O grau de delírio promove ações no qual o usuário se vê como superpoderes, e dessa maneira buscar colocar em prática a alucinação experimentada, a exemplo de pular da janela do apartamento acreditando que poderá voar, se jogar na frente de um carro pois se julga capaz de pará-lo com a força da mente e até mesmo caminha nas águas da piscina. E diante do quadro de delírios existem também as ocorrências de atentados de homicídios em virtude da auto defesa que o usuário da substância alegará para se proteger

Êxtase: A MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina), criada em 1912 na Alemanha com o desígnio de diminuir o apetite, mas sem sucesso. Na década de 1970, psiquiatras e psicólogos confiavam que a substância era capaz de tornar a pessoa mais desinibida, melhorando então as relações no convívio social e ampliando a relação médico-paciente além de aguçamento musical assim como o de visibilidade das cores.

A droga apresenta um grau de agitação elevado no usuário capaz de alterar o sistema nervoso central associado às perturbações com a perda do entendimento da realidade.

### **3.2 Histórico e evolução da legislação brasileira antidrogas**

As leis geram as relações das pessoas da convivência na sociedade advertindo quais são as suas obrigações e os seus direitos. Também procuram oferecer normas para um convívio harmônico entre os indivíduos e dão alicerce para promover uma coletividade livre, justa e solidária, que, aliás, é o primeiro dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, descrito, entre outros, no artigo 3º da Constituição Federal.

No ranking do consumo mundial de drogas o Brasil acaba ocupando a segunda posição, o crescimento contínuo impulsiona cada vez mais jovem a consumir drogas psicoativas e assim tornando-se um problema de ordem social, econômica, política, segurança pública e psicológica.

No processo da história do combate às drogas no Brasil, o país desenvolve ações de combate e punição para reprimir o tráfico, baseando o modelo de ação dos EUA. Ainda no período colonial, em 1603 a Ordenação Filipina, direcionava confisco de bens e exílio para África para aqueles que portassem, usassem ou vendessem substâncias tóxicas. Assim, em 1912 o Brasil mantém seu alinhamento antidrogas aderindo à Conferência Internacional do Ópio.

A legislação nacional de combate às drogas foi pautada tanto no problema de saúde quanto de segurança pública. Na década de 1940, o Código Penal nacional confirmou a opção do Brasil de não criminalizar o consumo. Estabelecendo uma concepção sanitária do controle das drogas, na qual a dependência é considerada doença, existindo uma separação específica entre: traficante (criminalizado) e usuário (não criminalizado, mas estavam submetidos a rigoroso tratamento, com internação obrigatória).

Com a ditadura militar em 1964, muda-se o foco do modelo sanitário para o modelo bélico de política criminal no combate antidrogas, alterando a figura do traficante para a categoria de inimigo do regime.

Stepan e Juan (1999) identificam a experiência brasileira de 1964-1985 como autoritarismo, caracterizado enquanto

sistema com pluralismo político limitado e não responsável, mas amplo no plano social e econômico; um sistema sem ideologia complexa ou norteadora, mas com mentalidades características e sem mobilização política, quer extensiva ou intensiva, salvo em alguns momentos (...). Finalmente, um sistema político no qual um líder ou, por vezes, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas com normas bastante previsíveis e alguma autonomia das carreiras estatais e militares (1999, p.74-75).

Nesta fase o país enfrentou o aumento de usuários, uma vez que os jovens associavam o consumo de droga à luta pela liberdade. Já que neste período os EUA exerciam domínio financeiro, político e ideológico em toda América Latina contra o sistema socialista.

Segundo Stephanou (2001), a primeira fase de repressão à cultura mesclou o confisco de livros, coerção física e censura. Muitas livrarias, editoras e gráficas foram invadidas para o confisco de obras cujo teor se referia ao socialismo, marxismo ou comunismo.

Desta maneira a contracultura da época também associou consumo de drogas à luta pela liberdade dos seus direitos civis, políticos e econômicos. Assim, ações estudantes reivindicavam maior liberdade e diálogo com a sociedade, a exemplo da passeata ocorrida em 1968 no estado do Rio de Janeiro.

**Figura 11** - Passeata Estudantil no Rio de Janeiro em 1968



Fonte: Jornal do Brasil, 1968

No ano de 1973, o Brasil aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacentes e Psicotrópicos e posteriormente criou-se a Lei 6.368/1976, responsável pela segregação entre traficante e usuário, fixando a necessidade do laudo médico toxicológico para comprovar o uso.

Em 1988, a Constituição Federal determinou que o tráfico de drogas é crime inafiançável e sem anistia. Posteriormente a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), endurece a pena para tráfico de drogas aumentando a duração provisória e proibindo o indulto e a liberdade provisória.

O uso da legislação, ao regular a relação dos indivíduos com as drogas, é resguardar a saúde da sociedade, e blindar a saúde daquelas pessoas que são usuárias ou dependentes de drogas, em especial. Ainda, tem como desígnio proteger a segurança do conjunto social contra as variantes danosas das drogas.

Já a Lei de Drogas (Lei 11.343/06) elimina a pena de prisão para o usuário e o dependente, distinguindo também na lei os traficantes profissionais dos eventuais (obtenção da droga para consumo próprio e conta agora com redução de pena).

É aceitável retirar, portanto, da redação do artigo 28 da Lei nº 11.343/2006, demonstração de que ao usuário ou dependente de drogas que possua drogas para uso exclusivamente pessoal serão adotadas medidas para advertir, esclarecer e cuidar daquele que por qualquer razão estiver nessa condição, sendo vedado impor pena de prisão para quem possuir ou portar drogas para uso pessoal.

O CONAD, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, integra a estrutura básica do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme texto do Decreto nº 9.926/2019.

A Lei de Drogas determina que o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas deverá articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho. A ação tem o objetivo de promover a inserção profissional da pessoa que tenha cumprido o Plano Individual de Atendimento (PIA), nas fases de tratamento ou acolhimento.

Abaixo são apresentadas uma tabela com as normativas que tratam das drogas no Brasil e a outra referente às Convenções Internacionais, Políticas e Legislação sobre Drogas.

**Tabela 1 – Normativas sobre drogas no Brasil**

1940	Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940	Código Penal. (Alterado pela Lei nº 7.209, de 11/07/1984).
1976	Lei nº 6.368, de 21/10/1976	Dispõe sobre Medidas de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Substâncias Entorpecentes ou que Determinem Dependência Física ou Psíquica, e dá outras Providências. (Revogada pela Lei nº 11.343, de 23/08/2006).
1986	Lei nº 7.560, de 19/12/1986	Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB). Dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.
1993	Lei nº 8.764, de 20/12/1993	Cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes – MJ.
1996	Decreto nº 1.796, de 24/01/1996	Cria o Departamento Nacional de Entorpecentes – Ministério da Justiça.
1998	Medida Provisória nº 1.669, de 19/06/1998	Transforma o Departamento de Entorpecentes em Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) em Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), no âmbito da Casa Militar da Presidência da República
2001	Lei nº 10.216, de 24/08/2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

2001	Medida Provisória nº 2.143-36, de 06/04/2001	Altera a denominação do Fundo Nacional Antidrogas de FUNCAB para FUNAD e transfere sua gestão do Ministério da Justiça para a SENAD/GSI.
2002	Decreto nº 4.345, de 26/08/2002	Institui a Política Nacional Antidrogas (PNAD).
2002	Lei nº 10.409, de 11/01/2002	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. (Revogada pela Lei nº 11.343, de 23/08/2006).
2006	Lei nº 11.343, de 23/08/2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. (Alterada pela Lei nº 13.840, de 05/06/2019).
2008	Lei nº 11.754, de 23/07/2008	O Conselho Nacional Antidrogas passa a se chamar Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) e a Secretaria Nacional Antidrogas passa a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).
2011	Portaria nº 3.088, de 23/11/2011	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (Alterada pela Portaria nº 3.588, de 21/12/2017).
2013	Resolução CFM nº 2.057, de 12/11/2013	Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria e reitera os princípios universais de proteção ao ser humano, à defesa do ato médico privativo de psiquiatras e aos critérios mínimos de segurança para os estabelecimentos hospitalares ou de assistência psiquiátrica de quaisquer naturezas, definindo também o modelo de anamnese e roteiro pericial em psiquiatria.
2015	Resolução CONAD nº 1, de 19/08/2015	Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como Comunidades Terapêuticas.
2017	Resolução CIT nº 32, de 14/12/2017	Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Institui “Nova Política Nacional de Saúde Mental”).
2017	Portaria nº 3.588, de 21/12/2017	Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências (Normatiza a “Nova Política Nacional de Saúde Mental”).
2018	Resolução CONAD nº 1, de 09/03/2018	Define as novas diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da PNAD – Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto nº 4.345, de 26 de agosto de 2002 (esta Resolução permitiu a formulação da “Nova Política Nacional sobre Drogas”, com a publicação do Decreto nº 9.761, de 11/04/2019).

2019	Decreto nº 9.761, de 11/04/2019	Aprova a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) (Institui a “Nova Política Nacional sobre Drogas”).
2019	Lei nº 13.840, de 05/06/2019	Esta lei altera a Lei nº 11.343/2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências (institui a “Nova Lei de Drogas”).
2019	Lei nº 13.844, de 18/06/2019	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
2019	Lei nº 13.886, de 17/10/2019	Acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas.
2020	Portaria nº 1, de 10/01/2020	Regulamenta o art. 63-D da Lei nº 11.343/2006, dispondo sobre a incorporação e a doação de bens do Fundo Nacional Antidrogas, e dispõe sobre a indicação para uso provisório no curso de processo judicial e sobre os casos de destruição e de inutilização de bens objetos de apreensão e perdimento em favor da União.

Fonte: Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas

**Tabela 2 - Convenções Internacionais, Políticas e Legislação sobre Drogas**

<b>Ano</b>	<b>Instrumentos legais</b>	<b>Incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro</b>
1961	Convenção Única De Entorpecentes	Decreto nº 54.216, de 27/08/1964
1971	Convenção Sobre Substâncias Psicotrópicas	Decreto nº 79.388, de 14/03/1977
1972	Protocolo de Emendas à Convenção de 1961	Decreto nº 76.248, de 12/09/19
1988	Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	Decreto nº 162, de 1991

Fonte: Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas

## 4 METODOLOGIA

A metodologia tem por escopo produzir os caminhos que serão comuns para a concretização da análise e chegar à finalidade do objeto proposto. Para Fernandes (2004), a metodologia refere-se às técnicas que o pesquisador utilizará para pôr os métodos em prática, definindo a forma de execução do tema. Ela é a responsável pela condução e abordagem que a pesquisa terá a fim de alcançar os objetivos pretendidos.

A pesquisa foi classificada como descritiva e exploratória. Como afirma Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória tem como objetivo permitir maior conhecimento sobre o problema, a fim de tornar mais visível ou até mesmo auxiliar na construção de hipóteses. A pesquisa exploratória, conforme Severino (2016, p. 132) “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Enquanto na pesquisa descritiva Gil (2002, p. 42) ressalta a sua importância na descrição das características de determinada população ou fenômeno. A trajetória metodológica permaneceu voltada para a pesquisa teórica, através de levantamento bibliográfico impresso e eletrônico, com base teórica do assunto para maior entendimento do tema proposto.

Gil (2002) esclarece que a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente material disponibilizado na Internet.

Esta modalidade de pesquisa é caracterizada por Lakatos e Marconi (2009), como aquela que compreende o levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre assunto que está sendo pesquisado, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, tendo como objetivo, colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

Quanto à abordagem do problema está direcionada para o âmbito qualitativa, que como destaca Creswell (2007, p. 34-35) a pesquisa pode ser feita pelo método misto quantitativo e qualitativo trabalhando a partir de abordagens tanto textuais como estatísticas de modo a obter uma compreensão e explicação mais ampla do problema estudado.

Foram consultados os catálogos das bibliotecas, bases de dados da área de Ciência da Informação e áreas afins, bibliotecas digitais de teses e dissertações e documentos primários como leis e legislações.

O dispositivo de coletas de dados foi o questionário com perguntas abertas e fechadas, referentes aos objetivos que estão ancorados o presente trabalho, com uma lista de perguntas objetivas, de modo a provocar respostas igualmente objetivas, evitando assim, provocação de dúvidas e respostas equivocadas, seguindo um roteiro de perguntas formuladas, com base na realidade do bibliotecário entrevistado.

O questionário, segundo Gil (1999, p. 128) pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos e levado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O questionário foi enviado por e-mail, sendo que este último foi estruturado na plataforma do *Google forms*, aplicado a direção de duas bibliotecas públicas, sendo respondidos por profissionais bibliotecários que atuam diretamente com o público das referidas instituições. A escolha dessas instituições foi feita através de amostragem por acessibilidade.

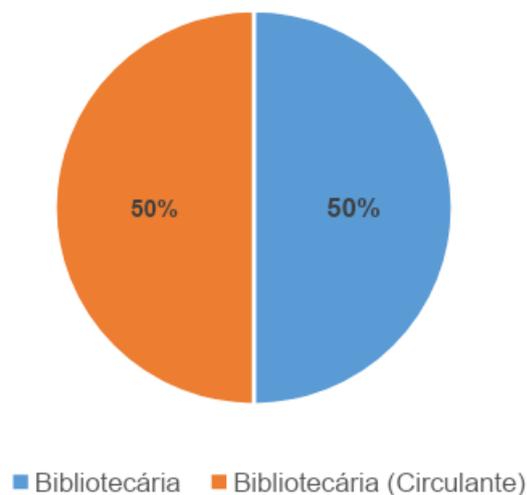
## 5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos através da aplicação do questionário. A princípio, foi feito um retrospectivo do tema abordado e apresentadas informações relevantes sobre o objeto da pesquisa, feito isso para alinhar e determinar quais seriam os tópicos a serem analisados. Posteriormente, a aplicação da coleta de dados através da aplicação de questionário, buscou-se sempre que necessário, o confronto com a literatura trabalhada neste estudo.

A aplicação do questionário contou com (02) dois profissionais bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas. Assim, podemos enfatizar que pela ética da pesquisa, o anonimato irá se manter em favor da integridade do projeto de conclusão de curso.

A primeira pergunta levantada no questionário, foi para especificar a função desempenhada na unidade de informação que atuam. Ambas as respostas foram idênticas, *bibliotecária*, sendo que uma delas foi mais específica e relatou que atua no setor mencionado como *Circulante*, ou seja, no Balcão do Serviço de Referência, conforme ilustrado no gráfico 1 abaixo:

**Gráfico 1** - Função Desempenhada na Unidade Informacional



Fonte: O Autor (2021), a partir dos dados coletados na pesquisa.

A segunda pergunta do questionário solicitava, quais são as ações (atividades) desenvolvidas pela unidade de informação que atua, em prol da prevenção do uso de drogas?

A pesquisa coletou as seguintes respostas: *entrevistado 1* - Palestras informativas, projetos de ação cultural. *Entrevistado 2* - Roda de conversa sobre o assunto, compartilhamento em algumas situações pontuais de informações confiável nas redes sociais, como Facebook.

As atividades realizadas por uma biblioteca pública que atenua a causa social em destaque, é a apresentação de uma informação confiável que venha a atender a comunidade local. Conforme Mcgee e Prusak (1994), a informação deve ser discutida no contexto de usuários e responsáveis por decisões específicas. Informação representa dados em uso, e esse uso implica um usuário.

A introdução do desejo em atender a demanda do usuário da biblioteca retrata uma das maiores ações do profissional bibliotecário, atender as demandas do público. Ademais, o profissional bibliotecário pode desenvolver diversas ações quanto a prevenção do uso de substâncias psicoativas, conforme constatado nas respostas das bibliotecárias.

Em convergência com um dos objetivos da pesquisa, foi constatado no mês de junho de 2021, através de relatórios produzidos e revelados pela ONU, que os mercados de drogas ilícitas foram retomados rapidamente após as perturbações iniciais no início da pandemia, escreveu o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em seu relatório anual. A pandemia também teve impacto nos circuitos de distribuição, que se tornaram mais "inovadores". O "tráfico de rua" deu lugar a "métodos sem contato, como compras online e entregas por meio do serviço postal ou mesmo por drones".<sup>12</sup>

O Conselho Federal de Biblioteconomia juntamente com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia<sup>13</sup>, dialogam a respeito da atuação do bibliotecário, caracterizando-o em qualquer função que vise a organização e obtenção de informações, a exemplo: gestor da informação e do conhecimento para atender às necessidades de informação da sociedade, podendo também agir para mitigar o problema desinformação.

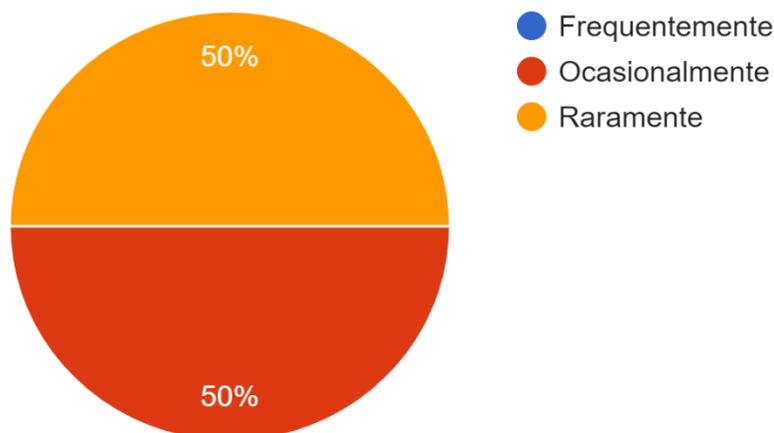
A terceira pergunta feita aos entrevistados, foi referente a frequência das ações (atividades) oferecidas pela unidade de informação que atua? As respostas foram: 50% Ocasionalmente e 50% Frequentemente.

---

<sup>12</sup> Informações extraídas da página web: <https://brasil.un.org/pt-br/133058-relatorio-mundial-sobre-drogas-2021-avalia-que-pandemia-potencializou-riscos-de-dependencia>

<sup>13</sup> Informações extraídas da página web: <https://www.crb10.org.br/nbiblio.htm>

**Gráfico 2** - Frequência das Ações Oferecidas Pela Unidade de Informação



Fonte: O Autor (2021), a partir dos dados coletados na pesquisa.

A quarta pergunta do questionário: Na sua opinião, quais são os benefícios dessas ações desenvolvidas pela unidade de informação que atua para a sociedade?

*Entrevistado 1* - Informar a sociedade e atrair o público para as bibliotecas, mostrando este espaço não só de aquisição de conhecimento, como de acolhimento.

*Entrevistado 2* - Ampliar as discussões sobre o tema e conscientizar a população sobre os malefícios das drogas, assim como o uso medicinal de algumas substâncias.

Chegando em umas das principais contestações da pesquisa, que foi a imensidão de atribuições do bibliotecário na sociedade contemporânea, o que acaba gerando uma reivindicação dos profissionais da Ciência da Informação, uma atuação mais efetiva das problemáticas sociais resultando em “uma filosofia e ação dentro da que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática” (CIVALLERO, 2013 apud LINDEMANN, 2014, p. 43).

Biblioteconomia social pode ser a ponte para a travessia ou ligação entre a técnica tradicional da Biblioteconomia e o social contemporâneo. É preciso olhar o entorno da sociedade, locais em que os livros sequer são disponibilizados, onde muitos não possuem acesso à informação como comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos de movimentos de sem-terra, presídios, entre vários outros. Torna-se essencial levar o fazer bibliotecário para as mais diversas comunidades em que, em plena explosão tecnológica, as bibliotecas sequer existem (LINDEMANN, SPUDEIT, e CORRÊA, 2016, p. 6).

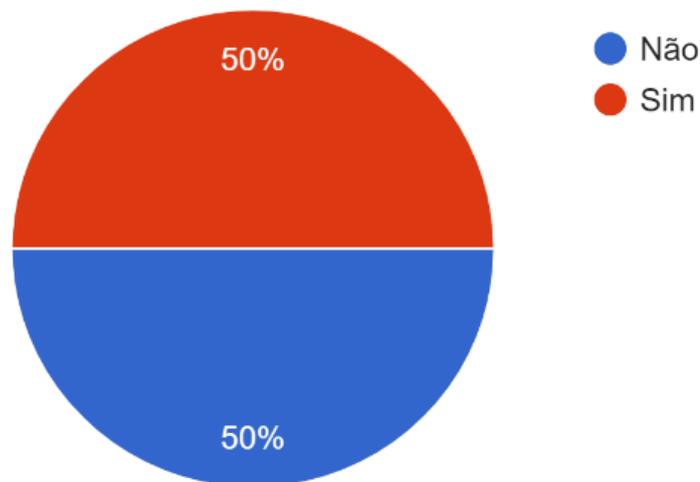
A Biblioteconomia social tem acompanhado a oportunidade de uma performance qualificada do bibliotecário, que acolha às necessidades informacionais

das minorias, contribuindo com diferentes áreas das ciências e competências fora da esfera política administrativa e associando as parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, beneficiando diretrizes para políticas de fomento e de cooperação.

O quinto item do questionário interrogava se existem barreiras para o desenvolvimento de atividades voltadas para a prevenção do uso de drogas na unidade de informação que atua? *Entrevistado 1 - sim*, já o *entrevistado 2 – não*, resultando em 50% para cada resposta oferecida.

A justificativa da pergunta (05) cinco era um elemento facultativo, caso a resposta anterior fosse afirmativa, era para especificar quais são essas barreiras, sendo que um dos entrevistados descreveu: *Em se tratando de biblioteca pública, muitas vezes a barreira financeira é uma problemática.*

**Gráfico 3 – Barreiras Para Atividades de Prevenção do Uso de Drogas**



Fonte: O Autor (2021), a partir dos dados coletados na pesquisa.

A maioria das bibliotecas públicas no Brasil encontra-se com sérias dificuldades sobre os recursos financeiros. Na maioria dos casos os atributos são geridos pelas Secretarias, ou órgãos hierarquicamente superiores, e com isso as bibliotecas acabam não apresentando controle dos recursos financeiros.

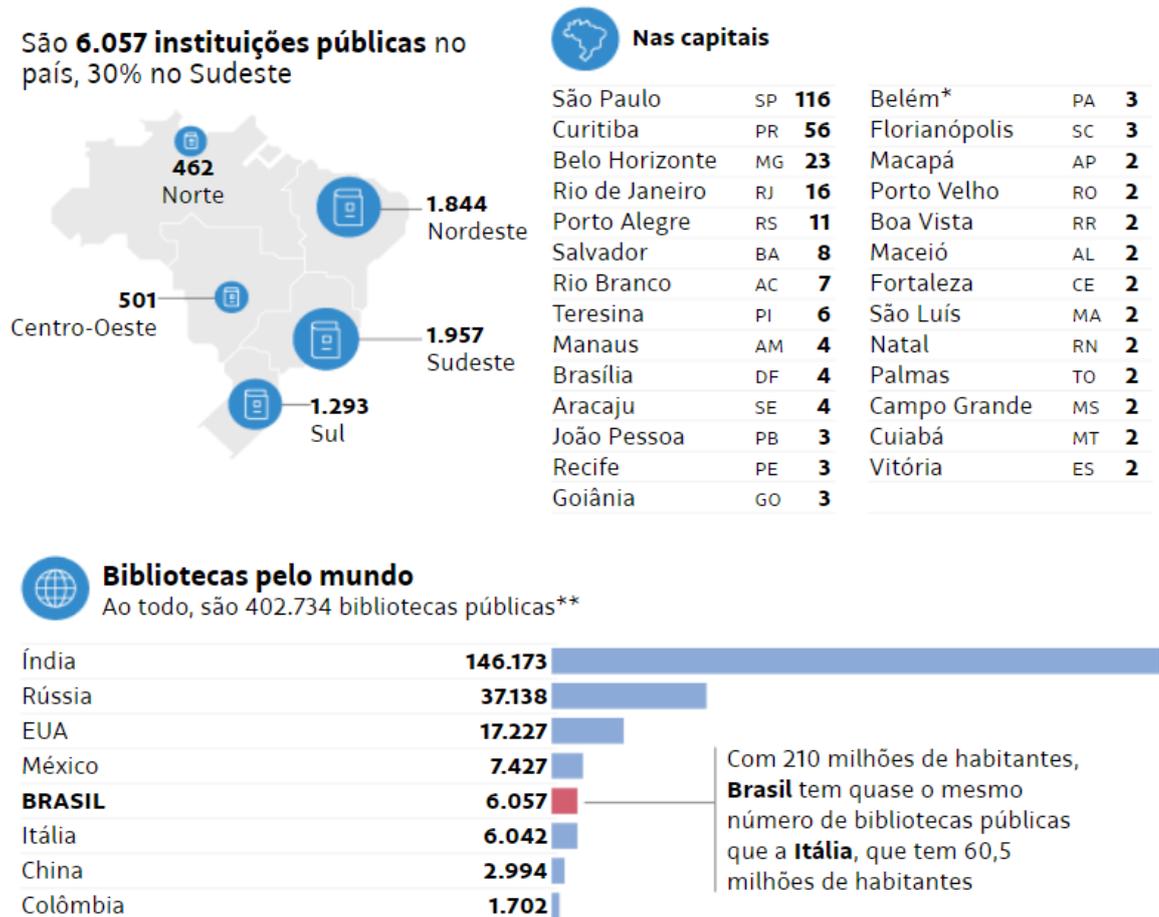
De maneira geral, os poucos recursos monetários aplicados nas bibliotecas são insuficientes, o que tem prejudicado os usuários das bibliotecas principalmente as públicas que atendem a comunidade mais pobre desprovido de rendimento de aquisição de obras ou serviços, ocasionando a desatualização do acervo, desgaste

do prédio público que por décadas ficam sem reparos emergenciais e até mesmo reformas estruturais gerando também dificuldades na aquisição de móveis, equipamentos. Assim, a falta de verba dificulta a operação de funcionamento das Unidades Informacionais Públicas daquilo que se propõe a oferecer ao público.

De acordo com o objetivo é o propósito de expandir as compreensões das ações das bibliotecas públicas, a IFLA (2008) aprova o Manifesto sobre Transparência, bom governo e combate a corrupção, corroborando o papel social da biblioteca pública, mas neste caso canalizado a transparência dos governos e para o acesso à informação.

O Brasil não possui bibliotecas em número suficiente, com serviços de qualidade, para atender as demandas de informação e leitura da população. Segundo o manifesto lançado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD).

Figura 12 – O Cenário das Bibliotecas Nacionais



Fonte:\*Dado relativo a 2019 da Fundação Cultural do Pará. Fontes: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (dados de 2015); Library Map of the World, da IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o Brasil tem 6057 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal (dados de 2015). Uma pesquisa divulgada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o total de municípios brasileiros com bibliotecas públicas sofreu queda de quase 10% em quatro anos. O número caiu de 97,7%, em 2014, a 87,7%, em 2018.<sup>14</sup>

A sexta pergunta na lista do questionário foi feita a seguinte abordagem: Considerando a biblioteca pública e seu papel social, quais as possibilidades de atuação do profissional da informação no que tange a prevenção do uso de drogas?

As respostas foram: *Entrevistado 1* - O profissional da informação pode utilizar diferentes recursos informacionais em prol da Biblioteconomia social e desenvolver ações culturais na unidade de informação que atua. *Entrevistado 2* - O profissional pode promover rodas de conversa com a utilização de alguma obra como apoio da discussão, atividades culturais diversas, utilizar as redes sociais compartilhando informação de qualidade e confiável.

Diante da possibilidade de atuação do bibliotecário na Biblioteca Pública, retrata-se as práticas sociais em prol do favorecimento da informação e conhecimento para o público que a frequenta, participa e se envolve com as ações desenvolvidas para a comunidade local. Pois, a integração da informação é uma das ferramentas de combate ao uso de substâncias psicoativas. As ferramentas digitais foram fundamentais durante o período de quarentena e pandemia, dessa maneira a comunicação foi mantida, assim as bibliotecas deram continuidade às atividades.

Porém, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que a pandemia da Covid-19 aumentou o consumo de drogas e bebidas alcoólicas no mundo todo. No Brasil, os números também mostram aumento nos consumos de 17,2% de maconha, 7,4% de cocaína e 12,7% de benzodiazepínicos durante a pandemia. Com relação ao consumo de álcool, o aumento foi de 13,1%, um pouco abaixo da média mundial de 13,5%.

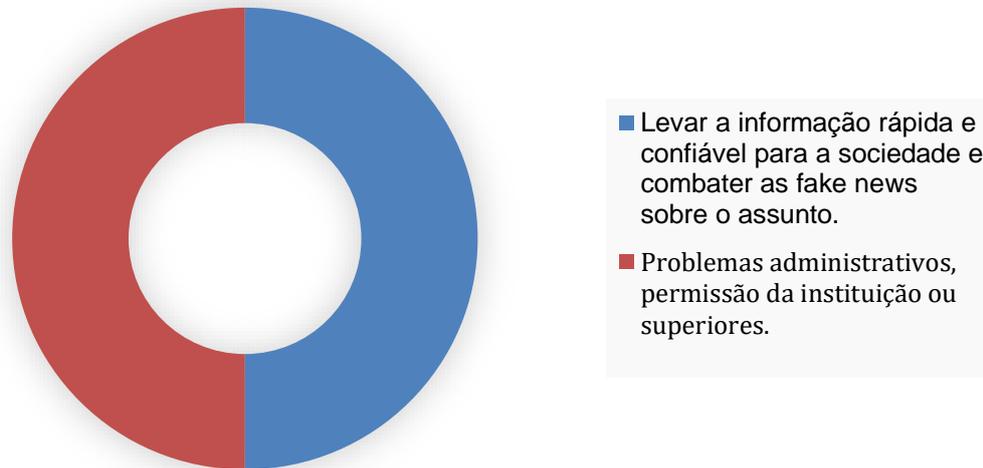
Já a sétima pergunta analisada no questionário: Na sua opinião, quais são os desafios encontrados pelo profissional da informação no que se refere a prevenção do uso de drogas? *Entrevistado 1* - Levar a informação rápida e confiável para a

---

<sup>14</sup> Informações extraídas da página web: <https://biblio.info/brasil-nao-possui-bibliotecas-em-numero-suficiente-diz-manifesto-da-febab/>

sociedade e combater **fake news** sobre o assunto. *Entrevistada 2* - Problemas administrativos, permissão da instituição ou superiores.

**Gráfico 4** – Desafios na Prevenção de Drogas na Unidade Informacional



Fonte: O Autor (2021), a partir dos dados coletados na pesquisa.

As extensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o acordo do conhecimento. A gestão da Ciência da Informação é fundamental para a continuidade análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação, pois viabiliza a redução de custos e aprimora o processo de aquisição do conhecimento.

Pessoas pouco informadas se vêem frequentemente privadas dos seus direitos, porque lhes falta o poder para o seu exercício. O acesso à informação é um direito que temos, como o acesso à justiça, e deveria ser assegurado gratuitamente como outros serviços públicos (UNESCO, 1995, p.280-282).

Em consonância com umas das respostas obtidas, o termo *Fake News*, introduz uma das mudanças adotadas pela sociedade mundial em virtude da flexibilização dos meios comunicativos, sobretudo digitais. A gigantesca produção de notícias falsas com objetivos de espalhar mentiras no menor espaço de tempo abrangendo especificamente usuários de redes sociais. De acordo com Zattar (2017):

Ter acesso às fontes de informações é uma tarefa diária essencial na atualidade. Contudo, não basta que se tenha acesso a qualquer tipo de informação, pois é necessário qualidade, relevância e veracidade nos mais diferentes contextos, de forma que sejam evitadas desinformações e notícias falsas nas bolhas informacionais em que somos inseridos.

As técnicas da comunicação e a intensa mudança do processo informacional permitiram a consolidação de uma sociedade oscilante permitindo em um baixo intervalo de tempo se adaptar aos inúmeros elementos tecnológicos facilitadores do cotidiano urbano e conectado globalmente.

Diante das desinformações geradas de maneira intencional, acarretando prejuízos políticos, econômicos, sociais e científicos, a participação dos bibliotecários com a efetiva participação na mediação da informação através da mediação da informação, será capaz de atender a demanda do usuário que clama de conhecimento de fontes verídicas, checadas e confrontadas em diversos bancos de dados.

A pandemia, infelizmente, intensificou desigualdades sociais, sendo a população mais vulnerável as mais afetadas. A pobreza, poucos anos de acesso à educação e conseqüente a marginalização social são determinantes fatores para o aumento do risco que mais crianças, jovens, adultos e idosos estejam em zona de risco de acesso ao consumo de substâncias psicoativas e conseqüentemente os transtornos associados ao uso das drogas.

A Política sobre Drogas, por força dos acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, é constituída por um conjunto de eixos e subeixos, que se constituem como alicerces da política, a saber:

- i – redução da demanda: prevenção, promoção à saúde, cuidado, tratamento, acolhimento, apoio, mútua ajuda e reinserção social.
- ii – gestão: incluídas as ações de estudo, pesquisa, avaliação, formação e capacitação; gestão de ativos.
- iii – redução da oferta: incluídas as ações de segurança pública, defesa, inteligência, regulação de substâncias precursoras, de substâncias controladas e de drogas lícitas, repressão da produção não autorizada, de combate ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro e crimes conexos, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades criminosas.

Vários órgãos que atuam diretamente ou contribuem para a execução da Política Nacional sobre Drogas integram o SISNAD. A figura abaixo apresenta os principais componentes do Sistema, no âmbito federal, no entanto, não se trata de uma representação exaustiva.

**Figura 13 - Política Nacional Sobre Drogas**



Fonte: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas>, 2016.

No processo formador das garantias mínimas as crianças e adolescentes assegurando tratamento humanitário, respeitoso e prol da vida. Nessa mesma perspectiva em defesa do ensino, valorizando e potencializando as características de conhecimento educacionais seja obtido através da escola ou das unidades informacionais, reconhece-se o pensamento do patrono da educação brasileira.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade não me permite subestimar, pior, ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola (FREIRE, 2010).

Na oitava e última pergunta do levantamento do questionário, buscava-se analisar quais são os recursos de informação que utiliza para promover a prevenção do uso de drogas? As respostas através dos entrevistados reportaram: Projetos de ação cultural, mídias digitais como Facebook e Instagram, livros e material audiovisual.

Os cursos superiores de Bacharelado em Biblioteconomia, em nível de graduação e de pós-graduação, e as instituições da categoria da Ciência da Informação, devem adotar as inovações e disposições da área de Informação e se organizar para proporcionar trabalho cada vez mais interdisciplinaridade e com constantes mudanças no cenário de atuação técnica, tecnológica, interpessoal e

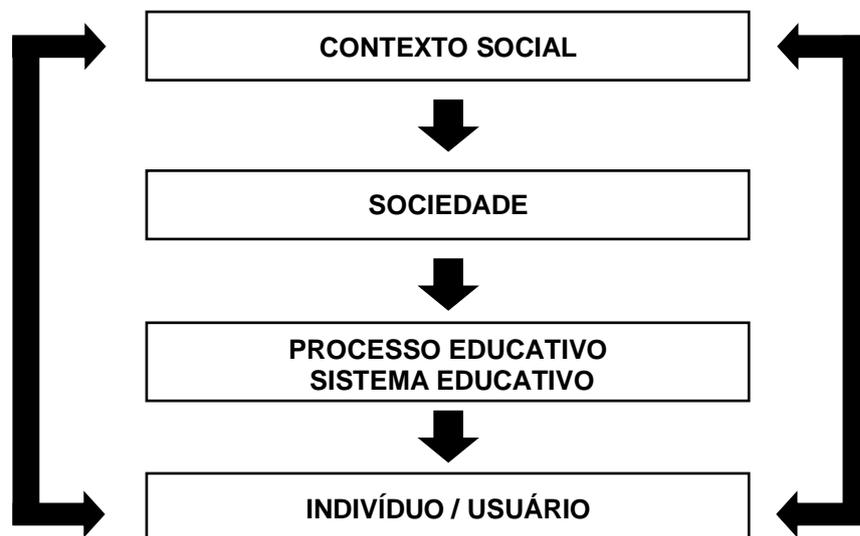
destacando o elemento central o intrapessoal capaz de conduzir um novo perfil do profissional da Informação.

A emergência da cultura planetária via redes de teleinformática instalou definitivamente uma crise na hegemonia dos meios de massa e, com ela, o emprego da palavra "mídia" se generalizou para se referir também a todos os processos de comunicação mediados por computador. A partir de uma tal generalização, todos os meios de comunicação, inclusive os de massa, inclusive o livro, inclusive a fala, passaram a ser referidos pela rubrica de "mídia" até o ponto de qualquer meio de comunicação receber hoje a denominação genérica de "mídia" e o conjunto deles, de mídias. (SANTAELLA, 2004, p. 76)

A construção de novos elementos tecnológicos ligados à informação foi capaz de mudar contextos seculares para medidas e abordagens mais rápidas, instantâneas, sociais, flexíveis e móveis.

Executando a profissão de bibliotecário foi estruturado um organograma baseando em um problema social o qual recai sobre um empecilho ao bom convívio coletivo. Com uso da informação e conhecimento no sistema informacional será capaz de atender a necessidade do usuário.

**FIGURA 14 - Âmbito de Influência Educacional**



Fonte: Luciana Mendes Ferreira, 2018.

Conforme Flusser (1980), uma biblioteca verdadeiramente pública deve realizar as práticas culturais e cumprir com o seu papel social, o de inclusão, inserindo todo e qualquer membro da comunidade na vida cotidiana na biblioteca em que atua.

A biblioteca pública atuante como espaço social e predisposta a transmitir conhecimento é capaz de elevar a capacidade de aprendizagem ao nível de permitir o usuário engajado na proposta de participar do ciclo de transformação e conhecimento através a participação de diferentes agentes contra o consumo de substâncias psicoativas são essenciais para a promoção da vida saudável tanto da saúde física quanto da mental.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas públicas, como unidade informacional social, representam importantes órgãos disseminadores de informação e conhecimento para a comunidade na qual estão inseridas, configurando ferramenta de instrução democrática da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual.

A partir do levantamento das respostas do questionário, se destaca o desenvolvimento da biblioteca como perfil essencial para a participação social, contribuindo na configuração do mecanismo cultural da sociedade brasileira, principalmente nas áreas mais distantes e com baixo poder econômico.

O trabalho demonstrou a necessidade do profissional bibliotecário em contribuir com o atendimento especializado aos usuários da biblioteca para a prevenção do uso de substâncias psicoativas, sendo que os bibliotecários, sujeitos da pesquisa, contribuem para a prevenção do uso de substâncias psicoativas, através da aplicação das atividades fins nas unidades de informação que atuam.

A contribuição da Biblioteconomia social para a população, verifica-se nas abordagens do bibliotecário da biblioteca pública sobre o tema desta pesquisa, sendo que este profissional deve estar na vanguarda das questões referentes aos problemas sociais, principalmente por que este último tem como ferramenta de trabalho, a informação, que se corretamente utilizada, pode sanar a problemática do consumo de substâncias psicoativas, na qual esta última figura-se como um problema de saúde pública em nosso país.

Como resultado da produção do estudo abortado, as atuações dos bibliotecários nas unidades públicas percebessem a limitação econômica que atrofia os projetos sociais fundamentais para a orientação de problemas sociais de importância relevante para a sociedade que a frequenta.

Ao associar a biblioteca pública na importância da coletividade social da informação devemos ponderar que todos os elementos hierarquizados da formação da socioeconômico, cultural e político refletem os níveis mais tangíveis da valorização das bibliotecas, para que dessa maneira seja completa a sua incumbência, cargo, aparelhamento e gerência.

Expandir as atividades de prevenção ao uso indevido e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas contradiz com a celeridade em que as leis são

repensadas, modificadas e implementadas, pois não é a mesma velocidade com que novas drogas entram no mercado e com alto potencial de dependência.

As políticas sobre drogas durante o século XX, foi padronizada pela proibição dos entorpecentes, gerando aversão moral ao consumo das substâncias classificadas como adulterantes do sistema nervoso central. Promovendo histeria coletiva de tais substâncias, no que se refere aos benefícios comprovados cientificamente, assim como os danos promovidos à saúde do indivíduo.

O aumento da ingestão de drogas por crianças e adolescentes tornou-se um grave problema de saúde pública tanto no mundo quanto no Brasil, gerando dificuldades generalizadas em virtude da questão epidemiológica.

Os diferentes grupos profissionais que trabalham em conjunto constataram que de forma geral, os riscos de consumo das substâncias psicoativas são interdependentes, soberanamente da legislação vigente determinando drogas lícitas e ilícitas, de tal modo o ponto focal ao combate ao consumo dos entorpecentes recai no investimento cada vez mais na informação, especialmente para os jovens através da educação.

Dessa forma, destaca-se a importância da biblioteca como mais um ambiente integrador para estar operando na prevenção ao uso impróprio de drogas, já que a unidade informacional se configura como espaço de desenvolvimento das relações sociais: expandindo o senso crítico e político; construindo o poder da valorização pessoal; reconhecendo a pluralidade de ideias no contexto da sociedade moderna; contextualizado o ser cidadão para contestar seus direitos e deveres.

A todo indivíduo que representa a coletividade social, cabe as reivindicações para tornar o seu lugar um ambiente de transformação. Se as possibilidades de mudanças que o país enfrenta recaem sobre o ofício do bacharel bibliotecário e documentalista, este deve fazer parte da solução.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. **A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas**. In: OLIVEIRA, Marlene de. (coord.). *Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 29-43.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

BAPTISTA, S. G.; COSTA, M. M.; NETA, M. A. V. V. Marketing para promoção de produtos e serviços de informação: estudo de caso da Biblioteca da Presidência da República. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 83–104, 2009.

BERNARDES, Alessandra Sexto. Do texto pelas mãos do escritor ao texto nas mãos do leitor: pensando a leitura e a escrita na biblioteca. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 77-88, jan./abr, 2003.

**BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO**. Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br>  
Acessado em: em 10 jan. 2021

**BIBLIOTECA PÚBLICA**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000.

**BRASIL**. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010

**BRASIL**. Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no País. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Lei n.: 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de julho de 1962.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria SVS/MS nº 344 por meio da Resolução - RDC nº 39**, de 9 de julho de 2012.

BRASÍLIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8060/1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

CARLINI, Elisaldo Araujo, et al. Drogas Psicotrópicas – O que são e como agem. **Revista Imesc**, n. 3, p. 9-35, 2001.

CHAGAS, Andréia Souza de Lemos. **Breve histórico**: Livros e leituras no período colonial (Século XVI – XIX). In: ENFOPE, 2013, Aracaju. GT 7 – Educação Linguagem e Arte, 2013.

CIVALLERO, E. Foreword. In: SAMEK, T. **Librarianship and human rights: a twenty-first century guide**. Amsterdam: Elsevier, 2014. p. 6.

CORRALL, Sheila. **Strategic planning in library and information services**. 2003. corrupção 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/iflamanifesto-on-transparency--good-governance-and-freedom-fromcorruption>>. Acesso em: 30 maio 2021.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto; NEVES, Iara Conceição Bitencourt. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011. 176 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. B. da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. Brasília: **Ciência da Informação**. v. 268, n. 3. p 257 – 268, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

DALBOSCO, C. A. (2009, outubro). Por uma filosofia da educação transformada. In **Reunião Anual da ANPEd**,32 (pp.1-17). Caxambu/MG. Recuperado em outubro de 2013, de <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT17-5336-Int.pdf>>.

DAUSTER, Tania. Os universitários: modo de vida, práticas leitoras e memória. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 2, nº 4, jul/dez,2001.

DUARTE, Paulina do Carmo A. V.; FORMIGONI, Maria L. O de Souza. **Efeitos de substâncias psicoativas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, módulo 2, ed. 11, p. 146, 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERNANDES, José. **Técnicas de estudo e pesquisa**. 7. ed. Goiânia: Kelps, 2004.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese**. São Paulo, SP: Contexto, c 2011. 153 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 557 p.

FERREIRA, L. M. **A função da biblioteca na escola**. Revista Informação na Sociedade Contemporânea, v. 2, p. 1-14, 7 jun. 2018.

FLORIANI, Vivian Mengarda; VITAL, Luciane Paula; VARVAKIS, Gregório. O valor em unidades de informação: contextualização e importância. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.17, n.1, p.23-30, jan./abr. 2007. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ptcib/index.php/ptcib/article/view/628>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FLÜSSER, Victor. **Uma biblioteca verdadeiramente pública**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2010  
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GARCEZ, Eliane Fioravante. As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões a partir de proposta de rede. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 3-24, dez. 2014. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1923>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HECKMANN, W; SILVEIRA, C. M. Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos. In: Andrade AG, Anthony JC, Silveira CM. **Álcool e suas consequências**: uma abordagem multiconceitual. Minha Editora - Barueri (SP), p. 67-87, 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IFLA. **Manifesto ao IFLA sobre Transparência, bom governo e combate a corrupção 2008**. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/iflamanifesto-on-transparency--good-governance-and-freedom-fromcorruption>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

JUAN, J. Linz e STEPAN, Alfred. **A Transição e Consolidação da Democracia – a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KATZUNG, B. G. **Farmacologia Básica e Clínica**. 10. Ed. São Paulo: Artmed, p 323, 2010.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Bárbara (Orgs). **Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas**. Brasília: Briquet de Lemos. 2012.

KREBS, Ruy Jornada; RODRIGUES, David; FREITAS, Soraia Napoleão (Org.). **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2005. 275 p.

LAKATOS, Maria Eva, MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

LINDEMANN, C. R.; SPUDEIT, D. CORRÊA, E. C. D. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 707-723, 2016.

LOPES, Letícia M. B; GRICOLETO, Andréia R. L. **Uso consciente de psicotrópicos**: responsabilidade dos profissionais da saúde. *Braz J Health*, São Paulo, v. 1, p. 1-14, 2011.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Autêntica Editora, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, M.H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MARTINS, Silvana Neumann. **Valorização da leitura significativa na sala de aula: papel do ensino superior**. In. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 7, Itajaí, 2008.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento Estratégico da Informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MCPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. 21. ed. Barueri, SP: Manole, p. 356-361, 2012

MELO ALVES, Fernanda Maria; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 83-104, dez. 2014.

MILANESE, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense. 5º edição, 1988.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261 p.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 94).

MORAES, J. **Guia de São Luís do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Legenda, 1995.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, 1979.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. **Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo**. 89-206. *Revista ACB*, [S.I.], v. 10,

n. 2, p. 189-206, jan. 2006. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>. Acesso em: 28 out. 2020

MUELLER, Maria Stela. Comunicação, informação, biblioteca; uma abordagem integradora – um questionamento. **Rev. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 7-23, mar. 1990.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e Metodologias de Representação da Informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, Edson Gomes de. et al. Marketing de serviços: relacionamento com o cliente e estratégias para a fidelização. **Revista de Administração da Fatea**, v. 2, n. 2, p. 79-93, jan./dez., 2009. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/RAF/article/view/643/681>. Acesso em 15 de nov. 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Jorge D. **Usos lícito e ilícito dos fármacos.** RCOM, Rio de Janeiro, v. 6, p. 755-766, Nov-Dez/2014

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas.** São Paulo: Roca, p.18-30, 2006.

PACHECO, R. As transformações da escrita e seus suportes: do passado ao presente. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Campinas, v.8, n.2, p. 166-189, jan./jun. 2011.

RANGANATHAN, S. R. **As “Cinco Leis da Biblioteconomia.”** Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

Raupp L, Adorno RCF. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Cien Saude Colet** 2011; 16(5):2613-2622.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira; DUARTE, Emeide Nóbrega. O papel da biblioteca universitária como mediadora da informação para construção de conhecimento coletivo. **DataGramZero: Revista de Informação**, v.15, n.2 abr/14

SEMENSATO, C. R.; ZAFALON, Z. R. Biblioteca digital temática de publicações acadêmico-científicas brasileiras sobre o uso medicinal da cannabis. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. especial. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106425>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez. Ed. 24, 2016.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais.** Brasília, DF: Thesaurus, 2005. 264 p.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. ANÁLISE DE ASSUNTO NO PROCESSO DE INDEXAÇÃO: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **A censura no regime militar e a militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA; [Brasília]: INL, 1980.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patricia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 91-100, dez. 2000.

TORCATO, C. E. **Breve História Da Proibição Das Drogas No Brasil: UMA REVISÃO**. Revista Inter-Legere, n. 15, p. 138-162, 26 dez. 2014.

TRISTAO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, agos. 2004.

UNESCO. **World Information Report**. UNESCO, 1995.

VARGAS, Dóris Fraga; VAN DER LANN, Regina Helena. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 21-34, dez. 2011.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 285-293, nov.2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

Prezada(o) pesquisador (a),

O questionário a seguir foi elaborado como instrumento de coleta de dados para um trabalho de conclusão de curso e gostaria de contar com sua participação. É importante ressaltar que seus dados são sigilosos e não serão divulgados. O propósito da pesquisa é identificar as ações empreendidas por bibliotecárias/os nas unidades de informação que atuam, quanto à prevenção do uso de drogas. Os dados obtidos darão subsídios para a conclusão da graduação em Biblioteconomia e Documentação na UFS.

1) Especifique a função desempenhada na unidade de informação que atua:

---

2) Quais são as ações (atividades) desenvolvidas pela unidade de informação que atua, em prol da prevenção do uso de drogas?

---

3) Com que frequência as ações (atividades) são oferecidas pela unidade de informação que atua?

- a) Frequentemente
- b) Ocasionalmente
- c) Raramente

4) Na sua opinião, quais são os benefícios dessas ações desenvolvidas pela unidade de informação que atua para a sociedade?

---

5) Existem barreiras para o desenvolvimento de atividades voltadas para a prevenção do uso de drogas na unidade de informação que atua? Caso a resposta seja afirmativa, especifique quais são essas barreiras.

- a) Não
  - b) Sim (quais):
- 

6) Considerando a biblioteca pública e seu papel social, quais as possibilidades de atuação do profissional da informação no que tange a prevenção do uso de drogas?

---

7) Na sua opinião, quais são os desafios encontrados pelo profissional da informação no que se refere a prevenção do uso de drogas?

---

8) Quais são os recursos de informação que utiliza para promover a prevenção do uso de drogas?

---

Obrigado pela colaboração!

**ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada: *O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO QUE ATUA NA BIBLIOTECA PÚBLICA NA PREVENÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS* sob a responsabilidade do discente Jamisson Souza dos Santos, graduando em Biblioteconomia e Documentação pela *Universidade Federal de Sergipe*.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da aplicação de um questionário, com viés quali-quantitativo, com questões abertas, semi-abertas e fechadas. É de seu conhecimento que a sua participação nesta pesquisa não implica em nenhum benefício pessoal, não é obrigatória e não trará riscos previsíveis.

Caso queira, saiba que pode desistir a qualquer momento, sem que isso lhe cause prejuízo. Será, portanto, acompanhado e assistido pelo pesquisador responsável durante a aplicação dos instrumentos de pesquisa, podendo fazer perguntas sobre qualquer dúvida que apareça durante todo o estudo, além disto, não haverá nenhuma forma de reembolso de dinheiro, já que com a participação na pesquisa, você não terá nenhum gasto.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a discente pelo e-mail <jamissonsouza@gmail.com> ou pelo telefone (79) 98832-5918, ou poderá entrar em contato com o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, pelo telefone (79) 2105-6822.

Diante disso, eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o discente quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por esta razão, aceito participar voluntariamente desta pesquisa, sabendo que os dados coletados estarão sob o resguardo científico e o sigilo profissional, e contribuirão para o alcance dos objetivos deste trabalho e para posteriores publicações dos resultados.

São Cristóvão, \_\_\_\_\_ de julho de 2021.

---

Assinatura